



bases
FUNDAÇÃO BANE B DE
SEGURIDADE SOCIAL

2019

RELATÓRIO ANUAL DE
INFORMAÇÕES



DIRETORIA EXECUTIVA

Ingryd Cunha Lemos - Presidente e
Diretora de Seguridade em exercício
Nelsiene Santos Sena - Diretora Adm. e Financeira

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira - Presidente
Antônio Carlos Nascimento de Almeida
Antônio Martins Neto
José Gomes do Prado Filho
Mineia Rubia dos Reis Xavier

SUPLENTES

André Luiz de Macedo Gonçalves
Adriana Alcântara Vilas Boas
Fernando Santos Braga
José Henrique Soares Serpa
Nelson Ney Pires Gomes Santana
Luis Artur Pereira Freitas

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Hilda Maria Ribeiro Chagas - Presidente
Antônio Monteiro Soares
Dijalma Pacheco dos Santos

SUPLENTES

Eduardo Rangel Gomes Silva Souza
Geiza Moreira Silva Duarte Batista
Josué José Evangelista Júnior

04	Mensagem aos participantes
05	Panorama geral dos participantes em 2018
05	Receitas
06	Despesas
07	Distribuição dos Investimentos
08	Demonstrativo de Investimentos
09	Rentabilidade
10	Custos com Administração de Recursos
11	Política de Investimentos
12	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico
22	Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto
32	Balanço Patrimonial Consolidado
33	Demonstração do Ativo Líquido
33	Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
34	Demonstração da Mutação do Ativo Líquido
35	Demonstração das Provisões Técnicas
36	Demonstração Consolidada do PGA
36	Demonstração das Despesas Administrativas
37	Notas Explicativas
51	Relatório dos Auditores Independentes
53	Parecer do Conselho Fiscal
53	Manifesta�o do Conselho Deliberativo

Mensagem aos participantes

Prezado Participante.

Em atendimento às resoluções CNPC nº 32/2019, a Diretoria Executiva da BASES cumpre o compromisso de levar ao conhecimento dos seus Participantes os principais resultados alcançados pela Fundação em 2019.

Nesses 12 meses, a BASES manteve-se firme no seu propósito. Em 2019, os dois Planos de Benefícios encerraram o exercício superavitários.

Os resultados alcançados, em diversas áreas reforçam esse comprometimento. Para 2020 seguiremos firmes em nossa missão. A Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal, assim como nossos colaboradores continuarão trabalhando para garantir as melhores práticas de gestão da nossa Entidade.

Agradecemos a todos pela confiança depositada. Ela é fundamental para cada ação desenvolvida pela Bases e nos estimula a idealizar novas realizações para você. A Fundação está sempre de portas abertas para seus participantes.

Diretoria Executiva

Ingryd Cunha Lemos
**PRESIDENTE E DIRETORA DE
SEGURIDADE INTERINA**

Nelsiene Santos Sena
**DIRETORA ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA**

Panorama geral dos participantes em 2019

A BASES encerrou o exercício de 2019 com um total de 1.886 participantes, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.558 são assistidos (pessoas que estão recebendo benefícios), 315 ativos e 13 autopatrocinados (participante que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e opta em permanecer na Bases, contribuindo mensalmente, com os mesmos valores de quando estava ativo, ou seja, com os valores de suas contribuições e os do patrocinador). A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

PARTICIPANTES SITUAÇÃO	QUANTIDADE 2019		
	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	TOTAL
ATIVOS	43	272	315
AUTOPATROCINADOS	3	10	13
ASSISTIDOS	1.181	377	1.558
TEMPO DE SERVIÇO	614	131	745
INVALIDEZ	320	183	503
PRÉ-INVALIDEZ	0	12	12
IDADE	7	27	34
PENSAÇÃO	240	24	264
TOTAL	1.227	659	1.886

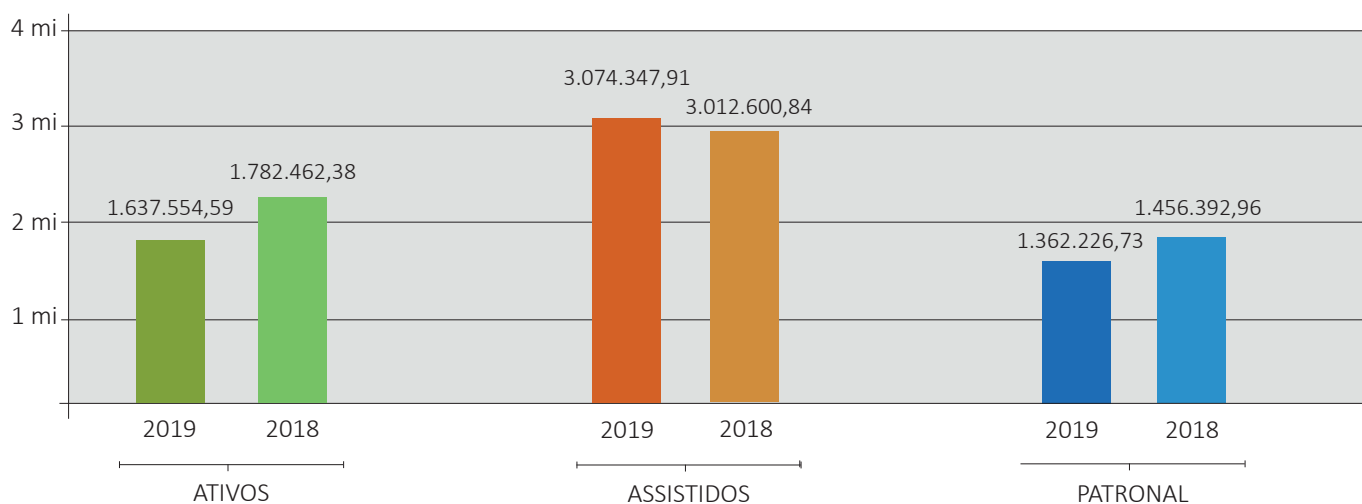
Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representadas pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. Em 2019, as receitas, somados os dois Planos de Benefícios, alcançaram o valor de R\$ 6.074.129,23.

RECEITAS CONTRIBUIÇÕES	PLANOS			
	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO	
	2019	2018	2019	2018
ATIVOS	210.228,70	249.823,71	1.427.325,89	1.532.638,67
ASSISTIDOS	3.074.347,91	3.012.600,84	0,00	0,00
PATRONAL	434.548,08	487.399,11	927.678,65	968.993,85
TOTAL	3.719.124,69	3.749.823,66	2.355.004,54	2.501.632,52

Contribuições 2019 - Valores Consolidados

(R\$ milhões)



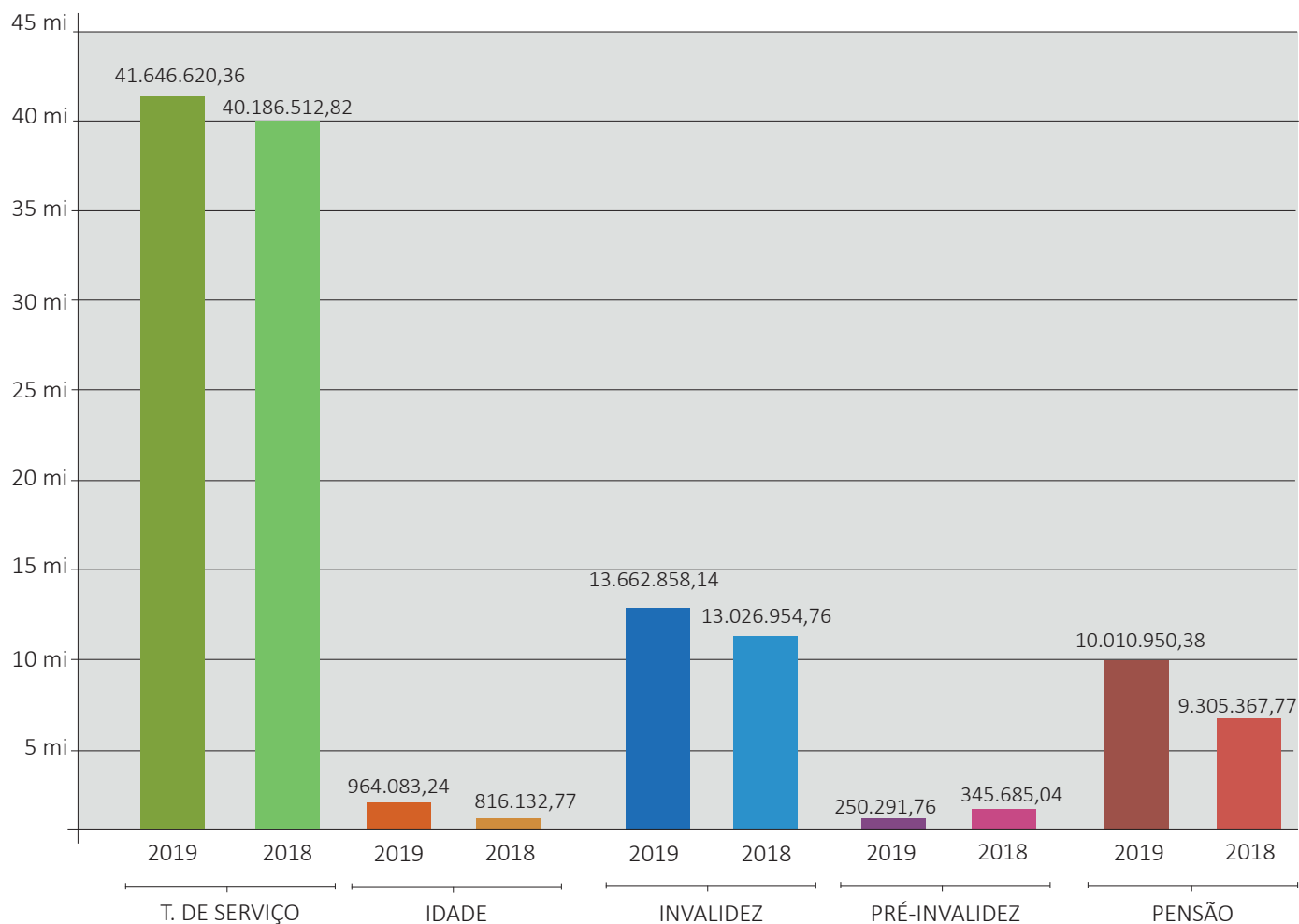
Despesas

As despesas previdenciais com as folhas de benefícios no ano de 2019 foram de R\$ 66.534.803,88. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 54.331.269,90 e a folha do Plano Misto, R\$ 12.203.533,98. A seguir apresentamos quadro demonstrativo dos benefícios.

DESPESAS	PLANOS			
	BÁSICO		MISTO	
	2019	2018	2019	2018
TEMPO DE SERVIÇO	36.523.274,52	35.890.875,95	5.123.345,84	4.295.636,87
INVALIDEZ	8.458.524,44	8.213.197,49	5.204.333,70	4.813.757,27
PRÉ-INVALIDEZ	0,00	0,00	250.291,76	345.685,04
IDADE	100.537,45	97.203,34	863.545,79	718.929,43
PENSÃO	9.248.933,49	8.686.081,14	762.016,89	619.286,63
TOTAL	54.331.269,90	52.887.357,92	12.203.533,98	10.793.295,24

Folha de Benefícios 2019 - Valores Consolidados

(R\$ milhões)



Distribuição de Investimentos

ANOS	2019		2018	
PLANO BÁSICO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	587.378.390,75	91,37%	579.419.442,25	91,23%
EMPRÉSTIMO	10.051.696,58	1,56%	9.530.001,01	1,50%
IMÓVEIS	45.417.330,85	7,07%	46.170.880,21	7,27%
TOTAL PB	642.847.418,18	100,00%	635.120.323,47	100,00%
PLANO MISTO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	308.136.691,46	97,24%	297.163.849,59	97,57%
EMPRÉSTIMO	8.750.281,76	2,76%	7.410.873,34	2,43%
TOTAL PM	316.886.973,22	100,00%	304.574.722,93	100,00%
CONSOLIDADO				
SEGMENTO	R\$	%	R\$	%
RENDA FIXA	895.515.082,21	93,23%	876.583.291,84	93,28%
EMPRÉSTIMO	18.801.978,34	1,96%	16.940.874,35	1,80%
IMÓVEIS	45.417.330,85	4,73%	46.170.880,21	4,91%
TOTAL GERAL	959.734.391,40	100,00%	939.695.046,40	100,00%

Demonstrativo de Investimentos - Plano Básico

ANOS	2019	2018
PLANO BÁSICO		
1. Gestão de Carteira Própria	53.996.165,96	53.953.540,52
1.1 Depósitos	-	-
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	7.474.946,38	7.672.833,69
Carteira Imobiliária	46.488.120,44	46.170.880,21
Valores a Pagar/Receber	33.099,14	109.826,62
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	587.378.390,75	579.419.442,07
BRDESCO FI RF REF DI PREMIUM	-	-
BRDESCO FI MM FEB BD	-	-
3. Total Demonstrativo de Investimentos	641.374.556,71	633.372.982,60

Demonstrativo de Investimentos - Plano Misto

ANOS	2019	2018
PLANO MISTO		
1. Gestão de Carteira Própria	4.561.283,03	4.648.883,33
1.1 Depósitos	-	6.000,00
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	4.561.283,03	4.645.700,48
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	-	-2.817,15
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	308.136.691,46	297.163.849,58
BRADESCO FI MM FEB II CD	308.136.691,46	297.163.849,58
3. Total Demonstrativo de Investimentos	312.697.974,49	301.812.732,91

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Gestão Administrativa

ANOS	2019	2018
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA		
1. Gestão de Carteira Própria	-	-
1.1 Depósitos	-	-
1.2 Títulos Públicos	-	-
Títulos Privados	-	-
Ações	-	-
Operações Compromissadas	-	-
Participações em SPE	-	-
Derivativos Opções	-	-
Derivativos Termos	-	-
Derivativos Futuros	-	-
Derivativos Swaps	-	-
Empréstimos/Financiamentos	-	-
Carteira Imobiliária	-	-
Valores a Pagar	-	-
Exigível Contingencial/Investimentos	-	-
2. Fundos	16.491.609,64	15.494.300,58
BRADESCO FI RF CP TOP BANCOS	2.710.350,67	2.561.468,34
BRADESCO FI RF DI FEDERAL EXTRA	13.781.258,97	12.932.832,23
3. Total Demonstrativo de Investimentos	16.491.609,64	15.494.300,58

Rentabilidade Acumulada dos Planos

ANO	RENTABILIDADE ACUMULADA	
	PLANO BÁSICO	META ATUARIAL
2019	10,21%	9,70%
2018	9,49%	8,62%

ANO	RENTABILIDADE ACUMULADA	
	PLANO MISTO	META ATUARIAL
2019	11,14%	12,40%
2018	9,92%	12,66%

Rentabilidade por Plano e por Segmento de Aplicação

PLANO BÁSICO	2019	2018
RENDA FIXA	10,41%	9,62%
EMPRÉSTIMO	18,21%	17,54%
IMÓVEIS	6,05%	4,61%
PLANO (INVESTIMENTOS)	10,21%	9,49%

PLANO MISTO	2019	2018
RENDA FIXA	10,73%	9,90%
EMPRÉSTIMO	26,99%	25,09%
PLANO (INVESTIMENTOS)	11,12%	9,92%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)	2019	2018
RENDA FIXA	5,80%	6,24%
PGA (INVESTIMENTOS)	5,80%	6,24%

Custos com Administração de Recursos

PLANO BÁSICO	1º SEMESTRE 2019				2º SEMESTRE 2019				TOTAL	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
DESPEASAS										
TX ADM.	92.148,93	73,85%	93.442,91	74,11%	96.556,89	71,78%	98.713,42	69,77%	380.862,15	72,70%
PERFORMANCE	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
TX ANBIMA	1.930,00	1,55%	1.930,00	1,53%	965,00	0,72%	1.930,00	1,36%	6.755,00	1,13%
TX CETIP	7.836,80	6,28%	7.921,84	6,28%	7.937,03	5,90%	8.849,02	6,25%	32.544,69	6,26%
TX SELIC	3.484,28	2,79%	3.542,62	2,81%	3.728,54	2,77%	3.724,48	2,63%	14.479,92	2,28%
AUDITORIA	-	0,00%		0,00%	5.835,00	4,34%	-	0,00%	5.835,00	2,25%
CUSTÓDIA	7.170,37	5,75%	7.187,94	5,70%	7.427,44	5,52%	7.406,20	5,23%	29.191,95	5,59%
CVM	12.029,55	9,64%	12.029,55	9,54%	12.029,55	8,94%	12.029,55	8,50%	48.118,20	9,73%
OUTROS	170,50	0,14%	32,34	0,03%	37,40	0,03%	8.829,32	6,24%	9.069,56	0,06%
TOTAL	124.770,43	100,00%	126.087,20	100,00%	134.516,85	100,00%	141.481,99	100,00%	526.856,47	100,00%

PLANO MISTO	1º SEMESTRE 2019				2º SEMESTRE 2019				TOTAL	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
DESPEASAS										
TX ADM.	47.814,21	67,86%	49.067,40	67,47%	50.368,35	63,74%	50.516,11	67,03%	197.766,07	68,82%
PERFORMANCE		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
TX ANBIMA	775,00	1,10%	1.550,00	2,13%	775,00	0,98%	1.550,00	2,06%	4.650,00	1,62%
TX CETIP	7.246,65	10,28%	7.248,11	9,97%	7.263,13	9,19%	8.299,57	11,01%	30.057,46	10,00%
TX SELIC	1.909,40	2,71%	1.946,91	2,68%	2.040,25	2,58%	2.046,95	2,72%	7.943,51	2,32%
AUDITORIA		0,00%		0,00%	5.638,00	7,14%		0,00%	5.638,00	2,04%
CUSTÓDIA	3.678,06	5,22%	3.716,97	5,11%	3.874,45	4,90%	3.885,86	5,16%	15.155,34	5,29%
CVM	9.022,16	12,80%	9.022,16	12,41%	9.022,16	11,42%	9.022,16	11,97%	36.088,64	9,80%
OUTROS	17,08	0,02%	169,63	0,23%	36,44	0,05%	38,37	0,05%	261,52	0,11%
TOTAL	70.462,56	100,00%	72.721,18	100,00%	79.017,78	100,00%	75.359,02	100,00%	297.560,54	100,00%

CONSOLIDADO	1º SEMESTRE 2019				2º SEMESTRE 2019				TOTAL	
	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANO	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
DESPEASAS										
TX ADM.	139.963,14	69,42%	142.510,31	71,14%	146.925,24	74,69%	149.229,53	68,82%	578.628,22	71,31%
PERFORMANCE		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%		0,00%
TX ANBIMA	2.705,00	0,90%	3.480,00	1,77%	1.740,00	0,85%	3.480,00	1,60%	11.405,00	1,30%
TX CETIP	15.083,45	7,62%	15.169,95	7,97%	15.200,16	7,54%	17.148,59	7,91%	62.602,15	7,60%
TX SELIC	5.393,68	2,41%	5.489,53	2,30%	5.768,79	2,24%	5.771,43	2,66%	22.423,43	2,29%
AUDITORIA		2,96%		0,00%	11.473	2,85%		0,00%	11.473,00	2,18%
CUSTÓDIA	10.848,43	5,34%	10.904,91	5,47%	11.302,89	5,75%	11.292,06	5,21%	44.347,29	5,49%
CVM	21.051,71	11,33%	21.051,71	11,08%	21.051,71	6,07%	21.051,71	9,71%	84.206,84	9,75%
OUTROS	187,58	0,02%	201,97	0,27%	73,84	0,01%	8.867,69	4,09%	9.331,08	0,08%
TOTAL	195.232,99	100,00%	198.808,38	100,00%	213.535,63	100,00%	216.841,01	100,00%	824.417,01	100,00%

Aderência à Política de Investimentos de 2019

SEGMENTOS	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2019				ENQUADRAMENTO BASES 2019		
	RESOL. 4.661	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA	PLANO BÁSICO	PLANO MISTO	PGA
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	91,37%	97,24%	100%
Renda Variável	70%	20%	20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. Estruturados	20%	15%	15%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Invest. no Exterior	10%	5%	5%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimo a Participantes	15%	15%	15%	0,00%	1,56%	2,76%	0,00%
Imóveis	20%	8%	5%	0,00%	7,07%	0,00%	0,00%
Total					100,00%	100,00%	100,00%

Quadro Resumo da Política de Investimentos para o ano de 2020

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2020 a 12/2020	INPC	Plano de Benefício Definido- Básico CNPB: 19.860.002-65	5,00%
01/2020 a 12/2020	IGP-M	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	4,09%
01/2020 a 12/2020	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa- PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 340ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 20/12/2019

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/2020 a 12/2020	Plano	Ingrid Cunha Lemos	Presidente

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Dispõe de Manual: Não	Realiza Estudos de ALM: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	

ALOCAÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2020 a 12/2020

PLANO BÁSICO

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.661	ALOCAÇÃO MÍNIMA %	ALOCAÇÃO MÁXIMA %	ALOCAÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
RENDA FIXA	100	0	100	81	INPC + 5,00% a.a
RENDA VARIÁVEL	70	0	30	10	IBX + 3,00% a.a
IMÓVEIS	20	0	8	0	INPC + 5,00% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15	0	15	4	INPC + 5,00% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20	0	20	5	INPC + 5,00% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10	0	10	0	INPC + 5,00% a.a

PLANO MISTO

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.661	ALOCAÇÃO MÍNIMO %	ALOCAÇÃO MÁXIMO %	ALOCAÇÃO ALVO%	META DE RENTABILIDADE
RENDA FIXA	100	0	100	80	IGP-M + 4,75% a.a
RENDA VARIÁVEL	70	0	20	10	IBX + 3,00% a.a
IMÓVEIS	20	0	5	0	IGP-M + 4,75% a.a
EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES	15	0	15	4	IGP-M + 4,75% a.a
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20	0	15	5	IGP-M + 4,75% a.a
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10	0	5	1	IGP-M + 4,75% a.a

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	LIMITE RES. 4.661	ALOCAÇÃO MÍNIMO %	ALOCAÇÃO ALVO%	ALOCAÇÃO MÁXIMO %	META DE RENTABILIDADE
RENDA FIXA	100	0	100	100	CDI

Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Básico

1. Introdução

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019 do Plano Básico (CNPB: 1986.0002-65), realizada na posição de 31/12/2019, utilizando a base de dados cadastrais de 31/12/2019, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de dezembro de 2019, com provisão de reajuste utilizando o INPC do IBGE, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2019, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

2. Legislação Aplicável

A seguir destacamos os principais normativos aplicáveis ao segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC do Brasil, observados para elaboração desta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício:

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Instrução Previc nº 10/2018 de 30/11/2018

Regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.

3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Básico é um Plano do tipo Benefício Definido, fechado à adesão de novos participantes desde 01/07/1998, administrado pela FUNDACAO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e Patrocinado pela BANE CORRETORA DE SEG. S/A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo BANCO ALVORADA S/A (CNPJ: 33.870.163/0001-84) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

4.1. Hipóteses Atuariais

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, bem como à atividade desenvolvida pelo Patrocinador, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve certificar-se de que as hipóteses selecionadas são adequadas. Para o encerramento do exercício de 2019 a análise das hipóteses atuariais considerou o estabelecido na legislação vigente, que define orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização ou na manutenção dos estudos técnicos já existentes.

A seguir descreveremos o conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na

apuração das Provisões Matemáticas apresentadas neste Parecer Atuarial.

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	5,00% ao ano
Crescimento Real de Salário	1,83% ao ano
Crescimento Real do SRB	3,00% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%
Indexador do Plano	INPC do IBGE
Tábua de Mortalidade Geral	qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	qxi = qx da da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FORTE) agravada em 5%
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média (Hx12)
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Média (Hx12)
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

Não foram alteradas hipóteses atuariais do exercício de 2018 para o exercício de 2019, conforme decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade tomada após análise dos Relatórios de Análise das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios, que apresentaram os Relatórios das Hipóteses Atuariais a serem adotadas na avaliação atuarial do Plano para o encerramento do exercício de 2019, elaborados nos termos estabelecidos pela legislação em vigor, além estudo de aderência da taxa real de juros realizado pelo consultor financeiro e pelos Atestados de Validação das Informações Cadastrais e Técnicas preparado e enviado pelo ARPB e pelo AETQ.

4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

5. Perfil da Massa de Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios

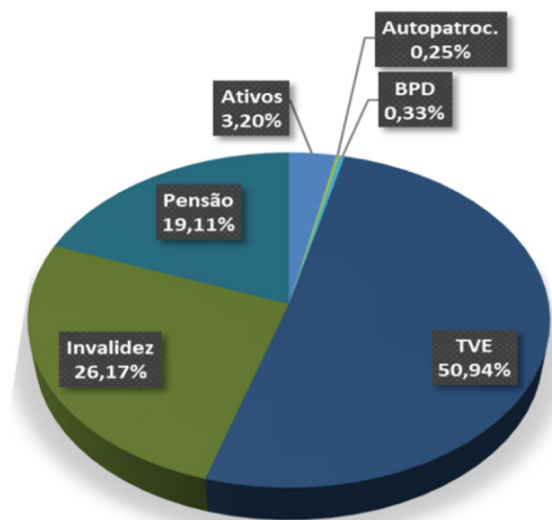
Os valores apresentados a seguir são nominais e se referem a base cadastral de 31/12/2019.

5.1. Participantes Não Assistidos

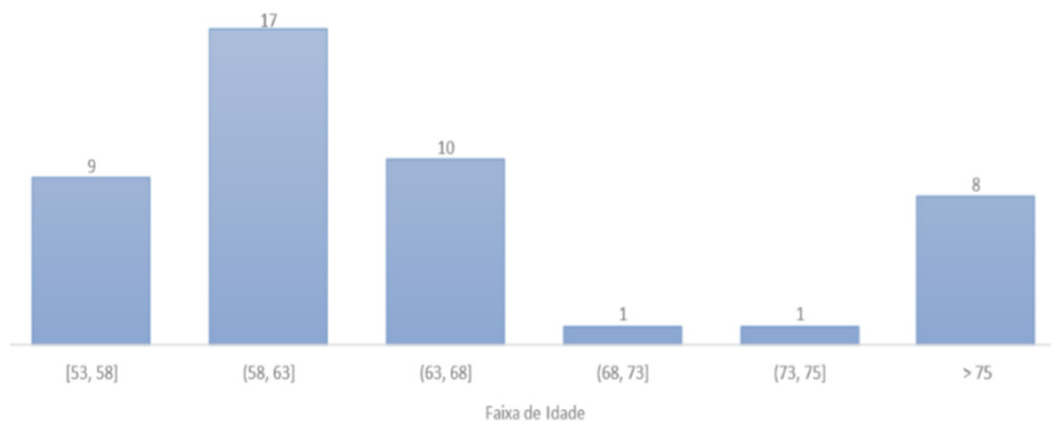
Referência	Ativos *	Autopatroc.	BPD	Total
Quantidade Total	39	3	4	46
Idade Média (anos)	65,54	74,00	64,50	66,00
Tempo de Serviço Médio (anos)	42,85	57,33	37,25	43,31
Tempo Médio de Contribuição (anos)	33,85	28,67	-	30,57
Salário Real de Benefício Médio Mensal (R\$)	6.499,96	6.974,08	-	5.965,67
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	3.295.481,41	271.989,25	-	3.567.470,66

* Para Pensões por Morte, nesta tabela, foram utilizadas as idades de todos os dependentes cadastrados em cada família e os valores de benefícios integralizados por família.

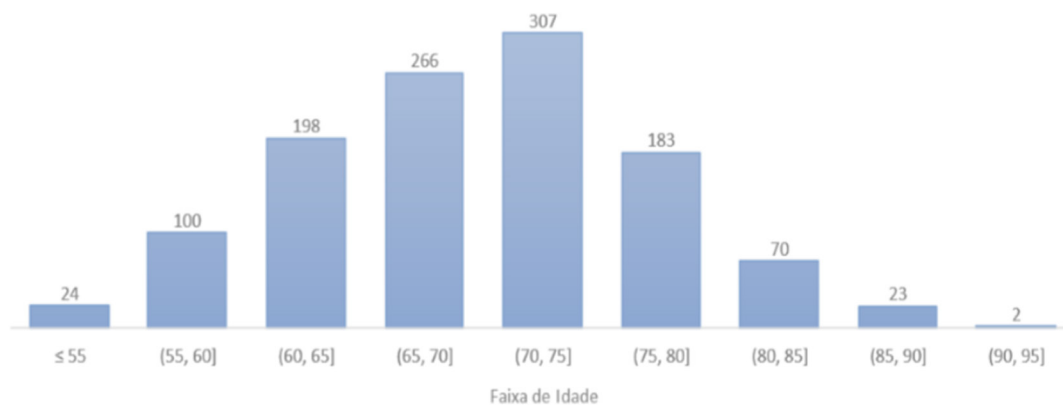
5.3. Análise gráfica dos Participantes Não Assistidos e Assistidos



Histograma da Massa de Não Assistidos



Histograma da Massa de Assistidos



Para Pensões por Morte, neste gráfico, foram utilizadas as idades dos dependentes vitalícios mais jovens de cada família.

6. Qualidade da base cadastral e dados contábeis utilizados

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Avaliação Atuarial, o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de Pecúlio por Morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial do exercício de 2019.

7. Duração do Passivo

A duração do passivo foi calculada em 8,85 anos (106,20 meses) através do sistema Venturo da Previc, utilizando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias na posição de 31/12/2019, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

8. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Básico é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Básico na posição de 31/12/2019 foi de R\$ 642.447.656,59.

9. Resultados apurados

A situação financeiro-atuarial do Plano Básico, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano a novas adesões de participantes, em 01/07/1998, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, em 31/12/2019, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 10.419.879,87, equivalente a 1,62% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, e equivalente a 1,65% das Provisões Matemáticas reavaliadas na posição de 31/12/2019. Este Superávit Técnico Acumulado foi contabilizado integralmente como Reserva de Contingência, a fim de garantir a quitação dos compromissos cobertos pelo Plano ao longo dos anos futuros de sua existência, em face de eventos futuros e incertos, nos termos da legislação em vigor, conforme demonstrado a seguir:

9.1. Resultados a Valor Presente

Resultados a valor presente apresentados pelo layout do Plano de Contas previsto na Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, e Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, alterada Instrução Previc nº 21 de 23/03/2015:

* Os valores contábeis encaminhados para processamento da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019 não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.

CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)	642.447.656,59
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	632.027.776,72
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	609.847.766,16
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	609.847.766,16
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	465.435.753,03
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	144.412.013,13
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	22.180.010,56
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	0,00
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	17.990.218,09
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	18.319.473,29
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-275.002,37
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-54.252,83
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	4.189.792,47
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	4.266.473,64
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-64.046,07
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-12.635,09
2.3.1.1.02.04.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repart de Cap de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores (ES)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	10.419.879,87
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	10.419.879,87
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	10.419.879,87
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	10.419.879,87
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00

9.2. Resultados a Valor Futuro

Foram projetados através de valores de fluxos probabilísticos de receitas e despesas previdenciárias o compromisso a valor futuro para fins de apuração da duração do passivo e ajuste de precificação. O compromisso a valor futuro apresentou o seguinte comportamento:

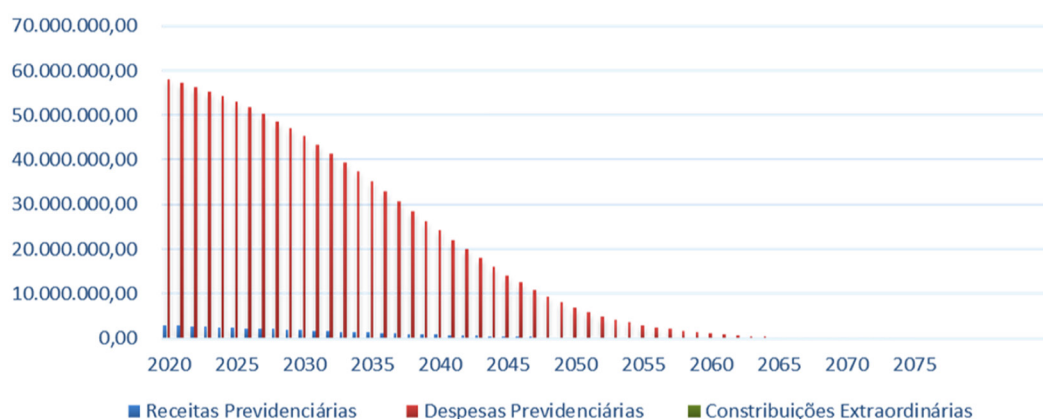
9.2.1. Projeção de Ativos x Passivos para os próximos 20 anos

Ano	Ativo Líquido Integralizado Inicial	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Fluxo Previdenciário	Ativo Líquido Integralizado Final	Valor Presente do Saldo de Ativo Líquido Integralizado Final
2020	642.447.656,59	2.946.091,56	57.890.693,89	-54.944.602,33	618.268.575,93	587.503.054,26
2021	618.268.575,93	2.781.239,36	57.188.894,62	-54.407.655,27	593.430.748,24	537.010.400,63
2022	593.430.748,24	2.647.250,02	56.317.424,68	-53.670.174,67	568.106.721,92	489.578.751,55
2023	568.106.721,92	2.532.957,80	55.353.355,91	-52.820.398,11	542.387.256,13	445.123.700,51
2024	542.387.256,13	2.432.169,99	54.234.818,32	-51.802.648,32	516.424.700,24	403.605.170,93
2025	516.424.700,24	2.331.604,89	53.009.860,13	-50.678.255,24	490.316.176,61	364.924.526,60
2026	490.316.176,61	2.230.600,78	51.674.369,96	-49.443.769,18	464.167.198,60	328.985.778,38
2027	464.167.198,60	2.129.435,95	50.226.812,27	-48.097.376,32	438.090.413,82	295.693.054,73
2028	438.090.413,82	2.025.147,89	48.674.117,38	-46.648.969,49	412.193.965,14	264.942.977,45
2029	412.193.965,14	1.918.201,76	47.017.577,55	-45.099.375,80	386.590.555,06	236.632.445,39
2030	386.590.555,06	1.809.143,95	45.260.378,50	-43.451.234,55	361.395.816,70	210.657.776,67

2031	361.395.816,70	1.698.519,54	43.396.154,58	-41.697.635,04	336.738.246,20	186.920.905,58
2032	336.738.246,20	1.586.772,36	41.445.538,25	-39.858.765,89	312.732.077,35	165.313.603,33
2033	312.732.077,35	1.474.962,59	39.399.098,88	-37.924.136,28	289.508.005,48	145.736.518,47
2034	289.508.005,48	1.364.168,97	37.320.817,45	-35.956.648,48	267.138.805,08	128.060.664,86
2035	267.138.805,08	1.254.102,77	35.158.369,91	-33.904.267,14	245.754.209,72	112.189.800,61
2036	245.754.209,72	1.146.738,03	32.973.374,48	-31.826.636,46	225.429.322,52	98.002.686,18
2037	225.429.322,52	1.041.902,97	30.759.860,18	-29.717.957,21	206.248.944,21	85.388.220,41
2038	206.248.944,21	940.204,37	28.532.213,90	-27.592.009,53	188.287.995,10	74.235.646,49
2039	188.287.995,10	842.771,84	26.312.340,96	-25.469.569,12	171.603.852,77	64.432.779,99

9.2.2. Projeção do Passivo até a quitação do último compromisso pelo Plano

Fluxo Probabilístico de Receitas e Despesas



A previsão para quitação do último compromisso previdenciário do Plano é no ano 2075

10. Variação das Provisões Matemáticas

A composição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2018 para o final do ano 2019, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2018	31/12/2019	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	610.737.074,75	609.847.766,16	-0,15%
Provisão de Benefícios a Conceder	25.718.555,22	22.180.010,56	-13,76%
Provisão Matemática a Constituir- Serviço	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	636.455.629,97	632.027.776,72	-0,70%

(valores em R\$)

As Provisões Matemáticas avaliadas em 31/12/2019, utilizando as mesmas hipóteses adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2018, com a base cadastral de 31/12/2019 (cujos valores monetários foram projetados no valor pico com previsão de reajuste para a data da Avaliação Atuarial), variaram pouco em comparação com os valores avaliados em 31/12/2018, pela evolução cadastral e atualização dos valores monetários atrelados pela inflação do INPC do IBGE, fazendo com que as provisões matemáticas se reduzissem aproximadamente 0,70% em relação aos valores contabilizados no encerramento de 2018.

11. Natureza do Resultado

O Plano apresentou um resultado superavitário no encerramento do exercício de 2019 no valor de R\$ 10.419.879,87, devido a financeiros ocorridos no último exercício e desta forma, a natureza do resultado pode ser considerada como conjuntural. Este Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, foi contabilizado como Reserva de Contingência no valor de R\$ 10.419.879,87, a fim de garantir a quitação dos compromissos cobertos pelo Plano ao longo dos anos futuros de sua existência, em face de eventos futuros e incertos, nos termos da legislação em vigor, apurada conforme a seguir:

Apuração da Reserva de Contingência	Valor
a) Provisões Matemáticas de Benefício Definido	R\$ 632.027.776,72
b) Duration do Passivo	8,85
c) Percentual da Reserva de Contingência = Mínimo {25%;(10+b)%}	18,85%
d) Superávit Técnico	R\$ 10.419.879,87
e) Reserva de Contingência Mínimo (d ; c x a)	R\$ 10.419.879,87

Informamos que, por meio do programa Venturo disponibilizado pela Portaria PREVIC nº 86, de 01/02/2019, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, de forma a se apurar o equilíbrio técnico ajustado. Em 31/12/2019 o ajuste de precificação corresponde a R\$ (7.268.945,88).

Levando-se em conta esse ajuste de precificação, o equilíbrio técnico ajustado foi calculado em R\$ (7.268.945,88), nos termos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 30/2018, conforme a seguir:

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	Valor
a) Resultado Realizado	10.419.879,87
a.1) Superávit Técnico Acumulado	10.419.879,87
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-
b) Ajuste de Precificação	(7.268.945,88)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	3.150.933,99

(valores em R\$)

Este Equilíbrio Técnico Ajustado foi apurado em valor positivo e neste contexto, não pode ser considerado para fins de equacionamento de resultado.

12. Variação do Resultado apurado entre 2018 e 2019

A constituição do superávit contábil foi possível principalmente pela elevação do Patrimônio de Cobertura do Plano que passou de R\$ 634.801.915,67 contabilizado em 31/12/2018 para R\$ 642.447.656,59 em 31/12/2019, além das revisões realizadas na base cadastral pela Entidade, considerando que paralelamente a inflação apurada neste período pelo INPC do IBGE, indexador do Plano, não excedeu as perspectivas, conforme podemos observar a seguir:

Referência	31/12/2018	31/12/2019	Varição
Déficit / Superávit Técnico Acumulado	(1.653.714,30)	10.419.879,87	-730,09%
Reserva de Contingência	-	10.419.879,87	-
Reserva Especial	-	-	-

(em R\$)

13. Evolução do Resultado apurado entre 2018 e 2019

Referência	Valor
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2018 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2019 (*1)	R\$ (1.794.941,50)
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2019 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 9.294.960,22
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ 2.919.861,15
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2019	R\$ 10.419.879,87
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ 10.419.879,87
a.1) Superávit Técnico Acumulado	R\$ 10.419.879,87
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	-
b) Ajuste de Precificação	(7.268.945,88)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	3.150.933,99

(*1): R\$ 1.795.272,24 = R\$ 1.653.714,30 x 1,0854 (meta atuarial calculada tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, além de juros reais de 5,00% ao ano).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela Entidade para 31/12/2019 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2018 evoluído para 31/12/2019 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 0,46% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2019 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2019, além da revisão realizada na base de dados cadastrais pela Entidade. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância desse impacto residual, está sendo designado como “Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas”, já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

14. Custos Avaliados

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentada nesta Demonstração Atuarial (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total puro de 12,80% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	11,61%	10,00%
INVALIDEZ	0,20%	0,07%
PENSÃO POR MORTE	0,05%	1,51%
PECÚLIO POR MORTE*2	0,94%	0,76%
AUXÍLIO RECLUSÃO *2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	12,80%	12,34%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	2,26%	2,18%
SUB-TOTAL (2)	2,26%	2,18%
TOTAL (1)+(2)	15,06%	14,52%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Custo coberto por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinador: 15% das Contribuições Normais.

15. Plano de Custeio

O custo total carregado com a sobrecarga administrativa de 15%, reavaliado em 14,52% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2020, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Referência	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,137%
Contribuição Normal do Patrocinador	8,383%
Sub-Total	14,52%

Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	14,52%
Contribuições Normais dos Assistidos	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

*1: Contribuições Normais carregadas com a sobrecarga administrativa de 15%.

NOTA: A contribuição dos autopatrocinados, com base nos resultados da presente avaliação atuarial, relativa à parcela que os mesmos fazem à parte do Patrocinador, deverá ser ajustada, a partir do início de vigência do Plano de Custeio para o exercício de 2020, para o correspondente a 1,365976862 vezes a contribuição que fazem relativamente à parte do Participante.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,52% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado em 31/12/2019, de 14,52% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado em 31/12/2019.

Para o exercício de 2020, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes no exercício de 2019, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano:

I – contribuição mensal dos participantes não assistidos, mediante o recolhimento de um percentual do salário de participação, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano; II – contribuição mensal dos participantes assistidos, mediante o recolhimento de percentuais do benefício concedido pelo PLANO, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano; e
IV – contribuição mensal dos PATROCINADORES, mediante o recolhimento de percentuais da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Art. 101 do Regulamento do Plano.

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2020 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

Este plano de custeio entra em vigor a partir do dia 1º de abril de 2020.

16. Rentabilidade

A rentabilidade nominal líquida, efetivamente obtida ao longo de 2020 pela Entidade, na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios, foi de 10,09% contra uma meta atuarial nominal de rentabilidade líquida estimada de 8,54%, o que, em termos reais, representou obter 6,50%, superando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,00% ao ano. A variação do índice de inflação utilizado (INPC do IBGE) é aplicada com 1 (um) mês de defasagem. Na apuração das taxas de juros a metodologia empregada foi a Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais das adições e deduções previdenciárias.

17. Principais Riscos Atuariais

Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, devem primar pela realização dos ajustes que se fizerem necessários. De todo modo, todas as hipóteses atuariais envolvidas no cálculo atuarial, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

Além dos riscos decorrentes da não realização das hipóteses atuariais conforme projetado, as EFPC estão sujeitas, principalmente, aos riscos de liquidez (descasamento de ativos x passivos), riscos operacionais e de manutenção de cadastro, que podem impactar de forma mais acentuada os modelos matemáticos utilizados nos cálculos e projeções atuariais, os quais devem ser constantemente analisados no âmbito da EFPC, inclusive considerando que o valor de ajuste de precificação foi apurado em valor negativo.

18. Despesas Administrativas

15% das Contribuições Normais dos Participantes Não Assistidos, dos Assistidos (Aposentados) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

19. Conclusão

Na qualidade de atuários habilitados e legalmente responsáveis pela avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2019 do Plano Básico administrado pela Fundação BASES, atestamos que o mesmo se encontra superavitário. A Reserva de Contingência foi constituída considerando o disposto na legislação vigente, não sendo atingido seu limite.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2020.

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Relatório de Avaliação Atuarial do Plano Misto

1. Introdução

Este Relatório de Avaliação Atuarial tem como objetivo apresentar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2019 do Plano Misto (CNPB: 1998.0037-11), realizada na posição de 31/12/2019, utilizando a base de dados cadastrais de 31/12/2019, dimensionando o valor de suas Provisões Matemáticas Reavaliadas, de seus Fundos Previdenciais e de outros compromissos do Plano de Benefícios, considerando hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento em conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas previstas na literatura atuarial, para que se possa definir o Plano de Custeio do Plano, permitindo um planejamento de longo prazo adequado por parte de seus administradores para quitação das suas obrigações futuras de natureza Previdencial, em conformidade com a legislação vigente e com as definições estabelecidas no Regulamento do Plano em vigor.

Observações: Base de dados cadastrais de outubro de 2019, com provisão de reajuste utilizando o IGPM da FGV, para posicionar os valores monetários a preços de dezembro de 2019, no que se refere a realização da Avaliação Atuarial.

2. Legislação Aplicável

A seguir destacamos os principais normativos aplicáveis ao segmento de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC do Brasil, observados para elaboração desta Avaliação Atuarial de encerramento de exercício:

- Lei nº 109/2001 de 29/05/2001

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.

- Resolução CNPC nº 30/2018 de 10/10/2018

Dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, bem como estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios, e dá outras providências.

- Instrução Previc nº 10/2018 de 30/11/2018

Regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.

3. Informações Gerais sobre o Plano

O Plano Misto é um Plano do tipo Contribuição Definida, aberto à adesão de novos participantes (que sejam funcionários da BASES), administrado pela FUNDACAO BANE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e Patrocinado pela BANE CORRETORA DE SEG. S/A (CNPJ: 14.560.304/0001-18), pelo BANCO ALVORADA S/A (CNPJ: 33.870.163/0001-84) e pela própria BASES (CNPJ: 14.855.753/0001-93).

4. Hipóteses Atuariais e Métodos de Financiamento

4.1. Hipóteses Atuariais

A análise das hipóteses atuariais foi realizada considerando que a avaliação atuarial é feita com base em hipóteses atuariais adequadas às características do Plano de Benefícios, da sua massa de Participantes, Assistidos e Beneficiários, ao ambiente econômico e à legislação, bem como à atividade desenvolvida pelo Patrocinador, sabendo que as hipóteses atuariais devem refletir expectativas de longo prazo, pois se destinam a prever os compromissos futuros até o encerramento do Plano de Benefícios e que o Atuário deve certificar-se de que as hipóteses selecionadas são adequadas. Para o encerramento do exercício de 2019 a análise das hipóteses atuariais considerou o estabelecido na legislação vigente, que define orientações e procedimentos a serem adotados pelas EFPC na realização ou na manutenção dos estudos técnicos já existentes.

A seguir descreveremos o conjunto das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas apresentadas neste Parecer Atuarial.

Hipótese	Valor
Taxa Real de Juros	4,09% ao ano
Crescimento Real de Salário	1,83% ao ano
Fator de Capacidade dos Benefícios	98,00%
Indexador do Plano	IGPM da FGV
Tábua de Mortalidade Geral	qx da AT2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	qxi = qx da da AT-83 (masculina)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (FORTE) agravada em 5%
Rotatividade	Nula
Composição Familiar- Benefícios a Conceder	Família Média (Hx12)
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Aposentadorias	Família Efetiva
Composição Familiar- Benefícios Concedidos de Pensões	Família Efetiva
Entrada em Aposentadoria	Ao preencher as carências regulamentares

A hipótese atuarial que foi alterada do exercício de 2018 para o exercício de 2019, foi a Hipótese da Taxa Real de Juros, que passou de 4,75% ao ano para 4,09% ao ano, em 31/12/2019, conforme decisão da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo da Entidade, tomada após análise dos Relatórios de Análise das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios, que apresentaram os Relatórios das Hipóteses Atuariais a serem adotadas na avaliação atuarial do Plano para o encerramento do exercício de 2019, elaborado nos termos estabelecidos pela legislação em vigor, além estudo de aderência da taxa real de juros realizado pelo consultor financeiro e pelos Atestados de Validação das Informações Cadastrais e Técnicas preparado e enviado pelo ARPB e pelo AETQ. A alteração da hipótese da Taxa Real de Juros representou um impacto de mais R\$ 19.073.873,54 nas Provisões Matemáticas do Plano em 31/12/2019.

4.2. Método de Financiamento

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

5. Perfil da Massa de Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios

Os valores apresentados a seguir são nominais e se referem a base cadastral de 31/12/2019.

5.1. Participantes Não Assistidos

Referência	Ativos *	Autopatroc.	BPD	BSPS	Total
Quantidade Total	273	10	11	9	303
Idade Média (anos)	53,44	54,90	51,00	59,11	53,57
Tempo de Serviço Médio (anos)	30,64	33,70	28,45	36,56	30,84
Tempo Médio de Contribuição (anos)	28,39	31,20	-	-	26,61
Salário Real de Benefício Médio Mensal (R\$)	5.630,00	7.244,86	-	-	5.311,68
Folha Anual do Salário Real de Benefício (R\$)	19.980.860,74	941.832,06	-	-	20.922.692,80

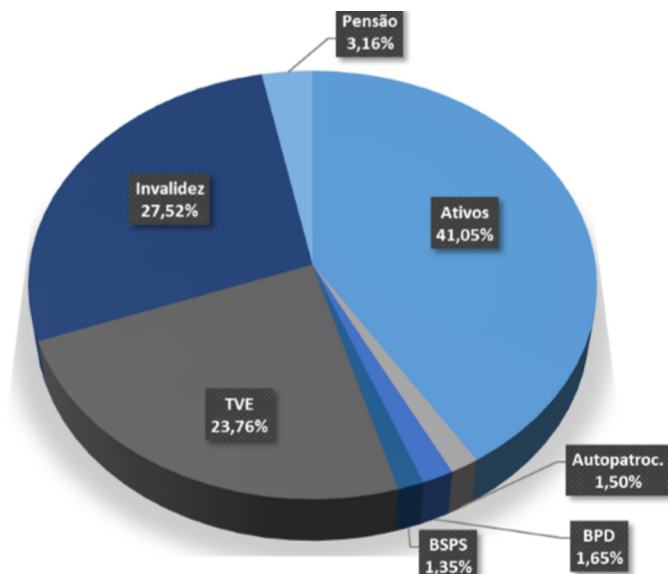
* Existem 12 participantes recebendo benefício de Auxílio-Doença no Plano Misto, com benefício médio de R\$ 1.228,11.

5.2. Participantes Assistidos

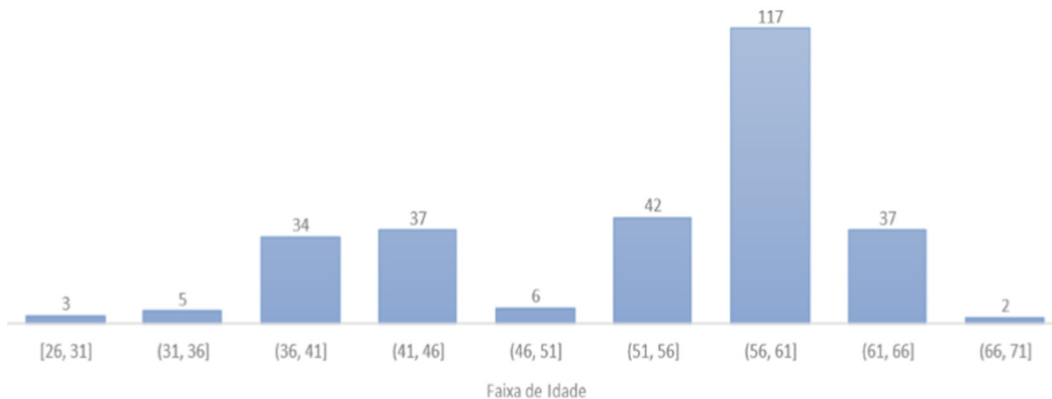
Referência	TVE	Invalidez	Pensão *	Total
Quantidade	158	183	21	362
Idade Média (anos)	63,04	63,01	56,76	62,66
Benefício Médio Mensal (R\$)	3.103,92	2.193,16	2.520,29	2.609,65
Folha Anual do Benefício Médio Mensal (R\$)	6.375.445,31	5.217.538,43	688.038,91	12.281.022,65

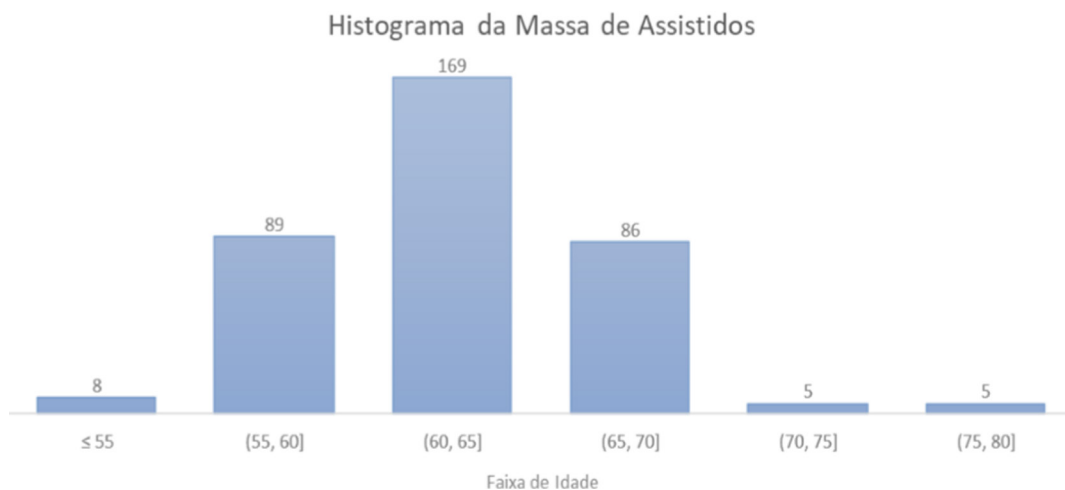
* Para Pensões por Morte, nesta tabela, foram utilizadas as idades de todos os dependentes cadastrados em cada família e os valores de benefícios integralizados por família.

5.3. Análise gráfica dos Participantes Não Assistidos e Assistidos



Histograma da Massa de Não Assistidos





Para Pensões por Morte, neste gráfico, foram utilizadas as idades dos dependentes vitalícios mais jovens de cada família.

6. Qualidade da base cadastral e dados contábeis utilizados

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência e como Reserva Especial para Revisão de Plano, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta Avaliação Atuarial, o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios de aposentadoria, de pensão por morte e de Pecúlio por Morte, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela Fundação BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da Avaliação Atuarial do exercício de 2019.

7. Duração do Passivo

A duração do passivo foi calculada em 12,39 anos (148,68 meses) através do sistema Venturo da Previc, utilizando o fluxo probabilístico de receitas e despesas previdenciárias na posição de 31/12/2019, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios.

8. Patrimônio de Cobertura do Plano

O Patrimônio de Cobertura efetivamente constituído pelo Plano Misto é o valor utilizado para fazer face às Provisões Matemáticas calculadas (Passivo do Plano) e determinará se o Plano de Benefícios Previdenciário está equilibrado, deficitário ou superavitário. Esse patrimônio pode ser composto por bens, direitos e ativos financeiros. Esses ativos financeiros, conforme disposto na legislação em vigor, podem estar segmentados em Renda Fixa, Renda Variável Estruturado, Imobiliário, Operações com Participantes e Exterior. O Patrimônio de Cobertura informado pela Fundação BASES para o Plano Misto na posição de 31/12/2019 foi de R\$ 310.175.009,81.

9. Resultados apurados

A situação financeiro-atuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2018, utilizando os mesmos regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2019, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2018, as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 23.371.952,00, equivalente a 7,54% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, e equivalente a 10,73% das Provisões Matemáticas referentes a benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos,

reavaliadas na posição de 31/12/2019. Este Superávit Técnico Acumulado foi contabilizado integralmente como Reserva de Contingência, a fim de garantir a quitação dos compromissos cobertos pelo Plano ao longo dos anos futuros de sua existência, em face de eventos futuros e incertos, nos termos da legislação em vigor, conforme demonstrado a seguir:

9.1. Resultados a Valor Presente

Resultados a valor presente apresentados pelo layout do Plano de Contas previsto na Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018, e Instrução SPC nº 34, de 24/09/2009, alterada Instrução Previc nº 21 de 23/03/2015:

CÓDIGO	TÍTULO	VALORES - (R\$)
.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO (*)	310.175.009,81
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMATICAS	286.803.057,81
2.3.1.1.01.00.00	Benefícios Concedidos	175.433.423,02
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	730.838,55
2.3.1.1.01.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização	174.702.584,47
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados- Assistidos	87.926.206,14
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados- Assistidos	86.776.378,33
2.3.1.1.02.00.00	Benefícios a Conceder	111.369.634,79
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	68.903.631,34
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas- Parcela Patrocinador(ES)/Instituidores	13.037.064,09
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas- Parcela Participantes	55.866.567,25
2.3.1.1.02.02.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	40.554.833,22
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	40.554.833,22
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.911.170,23
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	2.374.482,71
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-463.312,48
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.04.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repart de Cap de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05.00	Benefícios Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03.00.00	Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	0,00
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinadores (ES)	0,00
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participantes	0,00
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	0,00
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	23.371.952,00
2.3.1.2.01.00.00	Resultados Realizados	23.371.952,00
2.3.1.2.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	23.371.952,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	23.371.952,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02.00.00	Resultados a Realizar	0,00

* Os valores contábeis encaminhados para processamento da avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2019 não sofreram análise pela Jessé Montello e a responsabilidade por sua veracidade é integralmente da Entidade.

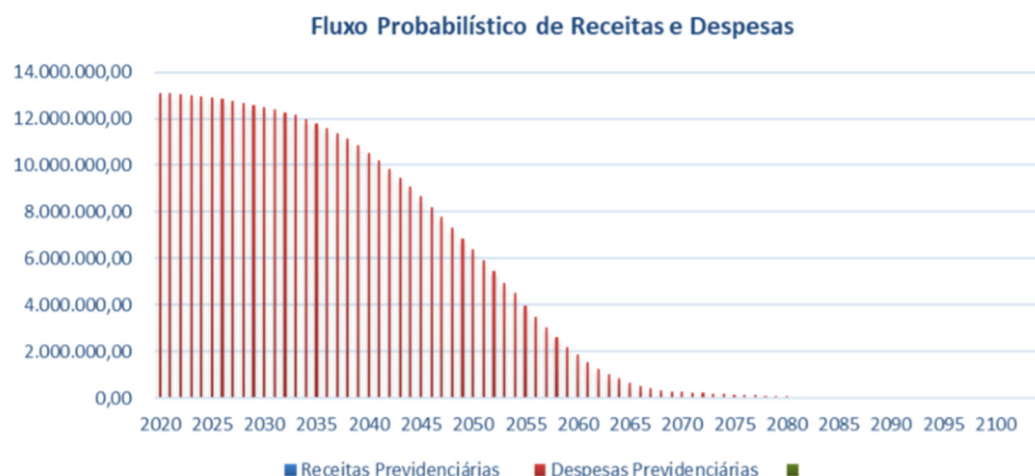
9.2. Resultados a valor futuro referente a modalidade de benefícios definidos

Foram projetados através de valores de fluxos probabilísticos de receitas e despesas previdenciárias o compromisso a valor futuro para fins de apuração da duração do passivo e ajuste de precificação. O compromisso a valor futuro apresentou o seguinte comportamento:

9.2.1. Projeção de ativos x passivos para os próximos 20 anos

Ano	Ativo Líquido Integralizado Inicial	Receitas Previdenciárias	Despesas Previdenciárias	Fluxo Previdenciário	Ativo Líquido Integralizado Final	Valor Presente do Saldo de Ativo Líquido Integralizado Final
2020	240.540.539,92	53.541,61	13.109.701,58	-13.056.159,97	237.058.165,17	227.484.379,95
2021	237.058.165,17	50.852,09	13.088.462,84	-13.037.610,75	233.452.286,06	215.218.132,80
2022	233.452.286,06	49.253,05	13.052.467,98	-13.003.214,93	229.734.018,65	203.465.254,59
2023	229.734.018,65	47.438,19	13.008.649,13	-12.961.210,94	225.906.528,47	192.210.795,96
2024	225.906.528,47	46.983,70	12.951.384,14	-12.904.400,44	221.980.454,57	181.446.212,92
2025	221.980.454,57	44.279,32	12.910.258,76	-12.865.979,44	217.933.003,09	171.135.084,45
2026	217.933.003,09	43.351,11	12.839.348,73	-12.795.997,61	213.791.409,45	161.283.507,74
2027	213.791.409,45	39.873,50	12.781.876,79	-12.742.003,29	209.535.512,08	151.858.719,99
2028	209.535.512,08	38.619,71	12.694.113,47	-12.655.493,77	205.193.809,41	142.866.226,12
2029	205.193.809,41	37.623,88	12.593.688,87	-12.556.064,99	200.775.972,83	134.295.143,52
2030	200.775.972,83	33.558,53	12.501.483,97	-12.467.925,44	196.267.370,67	126.118.499,40
2031	196.267.370,67	29.417,30	12.395.372,34	-12.365.955,04	191.678.401,49	118.327.578,89
2032	191.678.401,49	24.497,80	12.278.921,87	-12.254.424,07	187.015.532,38	110.910.427,00
2033	187.015.532,38	17.739,45	12.160.467,81	-12.142.728,36	182.275.908,92	103.849.680,05
2034	182.275.908,92	13.298,96	11.998.904,15	-11.985.605,19	177.502.739,01	97.154.696,76
2035	177.502.739,01	11.122,78	11.805.093,28	-11.793.970,50	172.729.860,80	90.826.036,30
2036	172.729.860,80	5.919,41	11.619.420,86	-11.613.501,45	167.945.894,52	84.838.992,66
2037	167.945.894,52	3.811,55	11.387.238,39	-11.383.426,84	163.200.996,51	79.201.701,70
2038	163.200.996,51	1.511,95	11.130.174,42	-11.128.662,48	158.521.954,26	73.907.422,73
2039	158.521.954,26	575,49	10.844.441,13	-10.843.865,65	153.942.101,74	68.951.687,67

9.2.2. Projeção do Passivo até a quitação do último compromisso pelo Plano



A previsão para quitação do último compromisso previdenciário com a atual massa de participantes do Plano é no ano 2105.

10. Variação das Provisões Matemáticas

A composição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2018 para o final do ano 2019, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	31/12/2018	31/12/2019	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	157.655.087,54	175.433.423,02	11,28%
Provisão de Benefícios a Conceder	118.558.472,47	111.369.634,79	-6,06%

Provisão Matemática a Constituir- Serviço	-	-	
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	276.213.560,01	286.803.057,81	3,83%

(valores em R\$)

As Provisões Matemáticas avaliadas em 31/12/2019, utilizando as mesmas hipóteses adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2018, com exceção a adoção da taxa real de juros de 4,09% ao ano, com a base cadastral de 31/12/2019 (cujos valores monetários foram projetados no valor pico com previsão de reajuste para a data da Avaliação Atuarial), variaram em comparação com os valores avaliados em 31/12/2018, parte em função do ajuste da nova hipótese atuarial de taxa real de juros, pela evolução cadastral e atualização dos valores monetários atrelados pela inflação do IGPM da FGV, fazendo com que as provisões matemáticas se elevassem aproximadamente 3,83% em relação aos valores contabilizados no encerramento de 2018.

11. Natureza do Resultado

O Plano apresentou um resultado superavitário no encerramento do exercício de 2019 no valor de R\$ 23.371.952,00, devido a ganhos atuariais e financeiros ocorridos nos últimos exercícios e desta forma, tendo em vista que mesmo com os ajustes realizados na modelagem econômica do Plano, com destaque para a redução da Taxa Real de Juros de 4,75% ao ano para 4,09% ao ano, o resultado continua apresentando desequilíbrio positivo, a natureza do resultado pode ser considerada como estrutural. Este Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, foi contabilizado integralmente como Reserva de Contingência no valor de R\$ 23.371.952,00, a fim de garantir a quitação dos compromissos cobertos pelo Plano ao longo dos anos futuros de sua existência, em face de eventos futuros e incertos, nos termos da legislação em vigor, apurada conforme a seguir:

Apuração da Reserva de Contingência	Valor
a) Provisões Matemáticas de Benefício Definido	R\$ 217.899.426,47
b) Duration do Passivo	12,39
c) Percentual da Reserva de Contingência = Mínimo {25%;(10+b)%}	22,39%
d) Superávit Técnico	R\$ 23.371.952,00
e) Reserva de Contingência Mínimo (d ; c x a)	R\$ 23.371.952,00

Informamos que, por meio do programa Venturo disponibilizado pela Portaria PREVIC nº 86, de 01/02/2019, foi calculado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, considerando a taxa de juros real anual utilizada nesta avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, de forma a se apurar o equilíbrio técnico ajustado. Em 31/12/2019 o ajuste de precificação corresponde a R\$ 485.760,63.

12. Variação do Resultado apurado entre 2018 e 2019

A redução do superávit ocorreu principalmente porque houve elevação nos valores de Provisões Matemáticas reavaliadas no encerramento do exercício de 2019, em decorrência da redução da taxa real de juros, sabendo que a inflação apurada neste período pelo IGP-M da FGV, indexador do Plano, não excedeu as perspectivas, conforme podemos observar a seguir:

Referência	31/12/2018	31/12/2019	Variação
Superávit Técnico Acumulado	25.924.550,09	23.371.952,00	-9,85%
Reserva de Contingência	25.924.550,09	23.371.952,00	-9,85%
Reserva Especial	-	-	-

(em R\$)

13. Evolução do Resultado apurado entre 2018 e 2019

Referência	Valor
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2018 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2019 (*1)	R\$ 28.237.019,96
Ganho decorrente da rentabilidade líquida efetivamente obtida ao longo do ano de 2019 ter sido superior à rentabilidade líquida correspondente à meta atuarial de rentabilidade (*2)	R\$ 10.603.914,81
Perda decorrente da redução da Taxa Real de Juros para 4,09% ao ano	R\$ (19.073.873,54)
Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)	R\$ 3.604.890,77
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2019	R\$ 23.371.952,00

(*1): R\$ 28.237.019,96 = R\$ 25.924.550,09 x 1,0892 (meta atuarial calculada tomando como indexador o IGP-M da FGV aplicado com 1 mês de defasagem, além de juros reais de 4,75% ao ano).

(*2): Valor calculado pela diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela Entidade para 31/12/2019 (Patrimônio Contábil) e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2018 evoluído para 31/12/2019 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade.

(*3): Equivale a 1,65% do valor total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2019 estruturadas na modalidade de benefícios definidos e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício de 2019, além da revisão realizada na base de dados cadastrais pela Entidade. Sendo pelo princípio da imaterialidade/irrelevância desse impacto residual, está sendo designado como "Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas", já que se trata de um Plano de Benefícios do tipo Benefício Definido e de natureza solidária e grupal, com uma infinidade de fatores contribuindo para a evolução da sua situação atuarial.

14. Custos Avaliados

A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (DA) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 7,52% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	5,82%	4,92%
INVALIDEZ	0,52%	0,61%
PENSÃO POR MORTE	0,05%	0,09%
PECÚLIO POR MORTE*2	-%	-%
SUB-TOTAL (1)	6,39%	5,62%
ADMINISTRAÇÃO *3	1,13%	1,00%
SUB-TOTAL (2)	1,13%	1,00%
TOTAL (1)+(2)	7,52%	6,62%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Administração igual a 29,41% da Contribuição do Patrocinador (0,2941 x 3,400% = 1,00%), limitada a 15% do total das contribuições previdenciárias.

15. Plano de Custeio

O custo total reavaliado de 6,62% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2020, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador,

quais sejam:

Contribuições Normais *1	Em %
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	3,22%
Contribuição Normal do Patrocinador *2	3,40%
Sub-Total	6,62%
Contribuição Suplementar	-
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	6,62%
Contribuições Normais dos Assistidos	9,41%
Aposentados Assistidos	9,41%
Pensionistas Assistidos	-

*1: A destinação das contribuições do Patrocinador, cujo valor mensal, em conformidade com o plano de custeio, está fixado em 3,40% da folha do salário real de contribuição dos empregados participantes, deve continuar a observar a seguinte regra de rateio que está vigente até que uma reavaliação atuarial indique a necessidade de se ajustar tal rateio:

- 29,41% das contribuições do Patrocinador se destinam à cobertura dos gastos administrativos: $[(15\% \times 6,62\% \div 3,40\%)]$;
- 20,59% das contribuições do Patrocinador se destinam ao Fundo de Risco destinado a dar cobertura aos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pecúlio por morte em atividade e pensão por morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez): $[(0,61\% + 0,09\%) \div 3,400\%]$;
- 50,00% das contribuições do Patrocinador se destinam a reforçar o saldo das Reservas Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos: $[(4,92\% - 3,22\%) \div 3,40\%]$.

A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 6,62% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2019, de 6,62% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2019.

Para o exercício de 2020, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes no exercício de 2019, considerando o estabelecido no Regulamento do Plano:

I – Contribuições previdenciárias:

Contribuição obrigatória mensal e contribuição voluntária, mensal ou esporádica, de cada participante não assistido, destinada a constituir parte da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder, que servirá como base mínima de cálculo do valor do Benefício de Aposentadoria por Tempo de Serviço/Contribuição e por Idade e da respectiva conversão em Benefício de Pensão por Morte, sendo que a contribuição obrigatória mensal, de cada participante, está fixada em:

A% (A por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição não excedente à 50% (cinquenta por cento) do valor de 1(uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês; e

B%, (B por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição situada entre 50% (cinquenta por cento) e 100% (cem por cento) do maior valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês; e

C% (C por cento) da parcela do Salário Real de Contribuição que excede à 100% (cem por cento) do valor de 1 (uma) Unidade Salarial da BASES – U.S.B. vigente no mês, sendo, inicialmente, os valores de A%, B% e C% fixados, respectivamente, em 1,00% (um por cento), 1,50% (um vírgula cinquenta por cento) e 8,00% (oito por cento).

NOTA: Nas contribuições referidas acima não está incluso o rateio paritário das despesas administrativas, a qual será paga paritariamente (participante e patrocinadora), através da taxa de carregamento, que para o exercício de 2020 corresponderá a 15% da respectiva contribuição normal.

Este plano de custeio entra em vigor a partir do dia 1º de abril de 2020.

16. Rentabilidade

A rentabilidade líquida do ano de 2019, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2019, informada pela BASES, foi de 10,11%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 8,92%, corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2018 a novembro/2019, utilizando um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 4,75% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 5,89% contra uma meta atuarial de 4,75% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

17. Principais Riscos Atuariais

Os principais Riscos Atuariais do Plano em questão estão associados ao aumento de sobrevivência e à redução das taxas de retorno dos investimentos. Para mitigar esses riscos, no que se refere à sobrevivência, ano após ano, vem sendo feitos testes de aderência de tábuas de mortalidade/sobrevivência e implantados, sempre que necessários, os correspondentes ajustes na hipótese de sobrevivência adotada e, no que se refere à taxa de retorno dos investimentos, levando em consideração os títulos existentes em carteira associados à cobertura dos benefícios previdenciários e às respectivas durações de seus pagamentos e as taxas de retornos esperadas para as novas aplicações e reaplicações a serem feitas nos anos futuros, devem primar pela realização dos ajustes que se fizerem necessários. De todo modo, todas as hipóteses atuariais envolvidas no cálculo atuarial, se não realizadas, geram riscos para o Plano.

Além dos riscos decorrentes da não realização das hipóteses atuariais conforme projetado, as EFPC estão sujeitas, principalmente, aos riscos de liquidez (descasamento de ativos x passivos), riscos operacionais e de manutenção de cadastro, que podem impactar de forma mais acentuada os modelos matemáticos utilizados nos cálculos e projeções atuariais, os quais devem ser constantemente analisados no âmbito da EFPC, inclusive considerando que o valor de ajuste de precificação foi apurado em valor negativo.

Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente à diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial do exercício e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas. Tal Provisão, que já está incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas nesta avaliação atuarial de 31/12/2018, considerando a taxa real de juros/desconto de 4,09% ao ano e as Tábuas de Mortalidade, Geral “qx da AT-2000 (segregada por sexo) desagravada em 15%” e de Inválidos “ $q^i_x = q_x$ da AT-83 (masculina)”, assumiu em 31/12/2019 o valor de: R\$ R\$ 37.697.531,76.

18. Despesas Administrativas

15% das Contribuições Normais dos Participantes Não Assistidos, dos Assistidos (Aposentados) e do Patrocinador, correspondem ao carregamento destinado ao custeio das Despesas Administrativas.

19. Conclusão

Na qualidade de atuários habilitados e legalmente responsáveis pela avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2019 do Plano Misto administrado pela Fundação BASES, atestamos que o mesmo se encontra superavitário. A Reserva de Contingência foi constituída considerando o disposto na legislação vigente, não sendo atingido seu limite.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2020.

Gabriel Pimentel Sátyro
Atuário MIBA 2799

José Roberto Montello
Atuário MIBA 426

Balanco Patrimonial Consolidado

valores em R\$ mil

ATIVO	NE	Exercício 2019	Exercício 2018	PASSIVO	NE	Exercício 2019	Exercício 2018
DISPONÍVEL	(5)	0	6	EXIGÍVEL OPERACIONAL		3.566	2.994
				Gestão Previdencial	(10)	2.642	2.139
REALIZÁVEL		979.884	960.635	Gestão Administrativa	(11)	924	849
Gestão Previdencial	(6)	9.564	9.725	Investimentos	(12)	0	6
Gestão Administrativa	(7)	827	231				
Investimentos	(8)	969.493	950.679	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL		5.002	4.116
Fundos de Investimento		912.007	892.078	Gestão Previdencial	(13)	5.002	4.116
Investimentos Imobiliários		45.450	46.283				
Empréstimos		12.036	12.318	PATRIMÔNIO SOCIAL	(14)	972.627	954.905
				Patrimônio de Cobertura do Plano		952.623	936.940
				Provisões Matemáticas		918.831	912.669
				Benefícios Concedidos		785.281	768.392
				Benefícios a Conceder		133.550	144.277
PERMANENTE		1.311	1.374	Equilíbrio Técnico		33.792	24.271
Imobilizado	(9)	1.311	1.374	Resultados Realizados		33.792	24.271
				Superávit Técnico Acumulado		33.792	24.271
				Fundos		20.004	17.965
				Fundos Administrativos		17.705	16.250
				Fundos dos Investimentos		2.299	1.715
TOTAL DO ATIVO		981.195	962.015	TOTAL DO PASSIVO		981.195	962.015

As Notas Explicativas (NE) da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018	Varição (%)
1. Ativos	652.028	644.715	1,13
Recebível	640.303	11.340	3,40
Investimento	587.378	633.375	1,09
Fundos de Investimento	45.450	579.419	1,37
Investimentos Imobiliários	7.475	46.283	(1,80)
Empréstimos	7.673	7.673	(2,58)
2. Obrigações	3.014	4.007	(24,78)
Operacional	816	415	96,63
Contingencial	2.198	3.592	(38,81)
3. Fundos não Previdenciais	6.566	5.906	11,18
Fundos Administrativos	6.402	5.876	8,95
Fundos dos Investimentos	164	30	446,67
5. Ativo Líquido (1-2-3)	642.448	634.802	1,20
Provisões Matemáticas	632.028	636.456	(0,70)
Superávit/Déficit Técnico	10.420	(1.654)	(729,99)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	10.420	(1.654)	(729,99)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	(7.269)	(7.402)	(1,80)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	3.151	(9.056)	(134,79)

Demonstração do Ativo Líquido por Plano - Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
1. Ativos	328.243	316.451	3,73
Disponível	0	6	0,00
Recebível	15.545	14.635	6,22
Investimento	312.698	301.810	3,61
Fundos de Investimento	308.137	297.164	3,69
Empréstimos	4.561	4.646	(1,83)
2. Obrigações	4.630	2.251	105,69
Operacional	1.826	1.727	5,73
Contingencial	2.804	524	435,11
3. Fundos não Previdenciais	13.438	12.059	11,44
Fundos Administrativos	11.303	10.374	8,96
Fundos de Investimentos	2.135	1.685	26,71
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	310.175	302.141	2,66
Provisões Matemáticas	286.803	276.213	3,83
Superávit/Déficit Técnico	23.372	25.925	(9,85)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	23.372	25.925	(9,85)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	486	(7.325)	(0,39)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	23.858	18.600	13,68

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2019	Exercício 2018	Vari�o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	954.905	949.597	0,56
1. Adi�oes	100.094	91.505	9,39
(+) Contribui�es Previdenciais	5.250	5.419	(3,12)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	88.376	79.616	11,00
(+) Receitas Administrativas	4.975	5.273	(5,65)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	909	885	2,71
(+) Constitui�o de Fundo de Investimentos	584	312	87,18
2. Destina�es	(82.372)	(86.197)	(4,44)
(-) Benefícios	(77.057)	(81.058)	(4,94)
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(886)	(53)	1.571,70
(-) Despesas Administrativas	(4.429)	(5.086)	(12,92)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	17.722	5.308	233,87
(+/-) Provisões Matemáticas	6.162	6.525	(5,56)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(9.521)	(2.602)	265,91
(+/-) Fundos Administrativos	1.455	1.073	35,60
(+/-) Fundos dos Investimentos	584	312	87,18
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	972.627	954.905	1,86

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2019	Exercício 2018	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	634.801	633.328	0,23
1. Adi�o es	63.886	56.706	12,66
(+) Contribui�o es	3.796	3.829	(0,86)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	58.696	52.877	11,00
Reversão de Contingências- Gestão Previdencial	1.394	0	0,00
2. Destina�o es	(56.241)	(55.233)	1,82
(-) Benefícios	(55.683)	(54.617)	1,95
(-) Constitui�o Líquida de Contingências- Gestão Previdencial	0	(54)	100,00
(-) Custeio Administrativo	(558)	(562)	-0,71
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	7.645	1.473	419,01
(+/-) Provisão es Matemáticas	4.428	6.285	(29,55)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	12.074	(4.812)	(350,91)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	642.446	634.801	1,20
C) Fundos não previdenciais	6.566	5.492	19,56
(+/-) Fundos Administrativos	6.402	5.476	16,91
(+/-) Fundos dos Investimentos	164	16	925,00

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2019	Exercício 2018	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	302.139	299.689	0,82
1. Adi�o es	32.045	29.266	9,50
(+) Contribui�o es	2.365	2.527	(6,41)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos- Gestão Previdencial	29.680	26.739	11,00
2. Destina�o es	(24.006)	(26.816)	(10,48)
(-) Benefícios	(21.374)	(26.441)	(19,16)
(-) Constitui�o de Contingências	(2.279)	0	100,00
Custeio Administrativo	(353)	(375)	(5,87)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	8.039	2.450	228,12
(+/-) Provisão es Matemáticas	(10.590)	240	(4.512,50)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(2.553)	2.210	(215,52)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	310.178	302.139	2,66
C) Fundos não previdenciais	13.438	12.059	11,44
(+/-) Fundos Administrativos	11.303	10.374	8,96
(+/-) Fundos dos Investimentos	2.135	1.685	26,71

Demonstração das Provisões Técnicas por Plano

Plano Básico

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	645.626	638.838	1,06
1. Provisões Matemáticas	632.028	636.455	(0,70)
1.1. Benefícios Concedidos	609.848	610.737	(0,15)
Benefício Definido	609.848	¹ 610.737	(0,15)
1.2. Benefício a Conceder	22.180	25.718	(13,76)
Benefício Definido	22.180	25.718	(13,76)
2. Equilíbrio Técnico	10.420	(1.654)	(729,99)
2.1. Resultados Realizados	10.420	(1.654)	(729,99)
Superávit Técnico Acumulado	10.420	0	0,00
Reserva de Contingência	10.420	0	0,00
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	(1.654)	0,00
3. Fundos	164	30	446,67
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	164	30	446,67
4. Exigível Operacional	816	415	96,63
4.1. Gestão Previdencial	816	412	98,06
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	0	3	100,00
5. Exigível Contingencial	2.198	3.592	(38,81)
5.1. Gestão Previdencial	2.198	3.592	(38,81)

Plano Misto

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	316.940	306.080	3,55
1. Provisões Matemáticas	286.803	276.213	3,83
1.1. Benefícios Concedidos	175.433	157.655	11,28
Benefício Definido	175.433	157.655	11,28
1.2. Benefício a Conceder	111.370	118.558	(6,06)
Contribuição Definida	68.904	78.718	(12,47)
Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	13.037	14.516	(10,19)
Saldo de Contas - Parcela Participantes	55.867	64.202	(12,98)
Benefício Definido	42.466	39.840	6,59
2. Equilíbrio Técnico	23.372	25.925	(9,85)
2.1. Resultados Realizados	23.372	25.925	(9,85)
Superávit Técnico Acumulado	23.372	25.925	(9,85)
Reserva de Contingência	23.372	25.925	(9,85)
3. Fundos	2.135	1.685	26,71
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	2.135	1.685	26,71
4. Exigível Operacional	1.826	1.733	5,37
4.1. Gestão Previdencial	1.826	1.727	5,73
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	0	6	100,00
5. Exigível Contingencial	2.804	524	435,11
5.1. Gestão Previdencial	2.804	524	435,11

Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa - PGA

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018	Varição (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	16.250	15.177	7,07
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.884	6.158	(4,45)
1.1. Receitas	5.884	6.158	(4,45)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	911	938	(2,88)
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.949	4.219	(6,40)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	115	110	4,55
Resultado Positivo dos Investimentos PGA	909	885	2,71
Outras Receitas	0	6	(100,00)
2. Despesas Administrativas	(4.429)	(5.085)	(12,90)
2.1. Administração Previdencial	(2.880)	(3.209)	(10,25)
Pessoal e Encargos	(1.716)	(1.596)	7,52
Treinamento/congressos e seminários	(109)	(76)	43,42
Viagens e estadias	(16)	(29)	(44,83)
Serviços de terceiros	(538)	(964)	(44,19)
Despesas gerais	(217)	(256)	(15,23)
Depreciações e amortizações	(56)	(55)	1,82
Tributos	(228)	(233)	(2,15)
2.2. Administração dos Investimentos	(1.549)	(1.876)	(17,43)
Pessoal e encargos	(886)	(878)	0,91
Treinamento/congressos e seminários	(72)	(51)	41,18
Viagens e estadias	(11)	(19)	(42,11)
Serviços de terceiros	(246)	(570)	(56,84)
Despesas gerais	(145)	(166)	(12,65)
Depreciações e amortizações	(37)	(37)	0,00
Tributos	(152)	(155)	(1,94)
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	1.455	1.073	35,60
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.455	1.073	35,60
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	17.705	16.250	8,95

Demonstração das Despesas Administrativas

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018
Pessoal e encargos	2.612.498,59	2.474.716,68
Serviços de Terceiros	773.527,45	1.534.061,72
Consultoria Atuarial	198.068,70	162.417,20
Consultoria Jurídica	239.576,91	959.912,79
Informática	283.490,39	290.816,27
Consultoria Contábil	30.391,45	29.388,00
Consultoria de Investimentos	22.000,00	51.277,33

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Valores em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANEDE, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar-SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários, a BANEDE Corretora de Seguros S/A e a Fundação BANEDE de Seguridade Social – BASES, de acordo com os respectivos Convênios de Adesão, figurando, ainda, como membro da Entidade, o Banco Alvorada S/A, sucessor por cisão do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANEDE, que teve seu convênio de adesão cancelado, nos termos do artigo 11 do Estatuto e artigo 13 do Regulamento Básico da BASES vigentes à época da privatização –, atuando como Patrocinador desta, não existindo, em relação aos planos de benefícios, os Convênios de Adesão de que trata o artigo 13 da Lei Complementar 109/2001.

2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

A BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) Plano Básico: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no artigo 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998.

b) Plano Misto: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2019, a BASES possui um total de 1.886 participantes (1.938 em 2018), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

PARTICIPANTES	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	QUANTIDADE		QUANTIDADE		QUANTIDADE	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
ATIVO	45	62	272	326	317	388
AUTOPATROCINADOS	1	3	10	16	11	19
ASSISTIDOS	1.181	1.177	377	354	1.558	1.531
TOTAL	1.227	1.242	659	696	1.886	1.938

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto da Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, revogada pela Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O Plano da Gestão Administrativa- PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, a qual foi revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 alterada pela Resolução CNPC nº 29, Instrução PREVIC nº 08, de 14 de novembro de 2018 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, quanto ao programa de gestão administrativa encontra-se de forma consolidado.

Demonstrações Contábeis

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, Instrução PREVIC nº 08 de, 14 de novembro de 2018 e a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, são apresentadas de forma consolidada o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativos aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA, conforme detalhado abaixo:

3.1 – Balanço Patrimonial

Apresenta os valores correspondentes à soma dos eventos patrimoniais das Gestões Previdencial, Administrativa e do Fluxo de Investimentos, que consolidam as informações referentes aos respectivos planos de benefícios. Nesta demonstração, estão eliminadas as operações a receber (Ativo) e a pagar (Passivo) registradas exclusivamente entre os planos de benefícios da Fundação, no sentido de evidenciar os saldos patrimoniais sem a interferência daqueles que se anulam entre contas correspondentes no Ativo e no Passivo.

3.2 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS

Elaborada de forma consolidada. A DMPS apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Patrimônio Social do conjunto de planos administrados pela entidade.

3.3 – Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA

Elaborada de forma consolidada. A DPGA apresenta os eventos econômicos (Receitas e Despesas) que resultam no Acréscimo ou Decréscimo no fundo patrimonial da Gestão Administrativa. A apresentação desta demonstração por plano de benefícios é facultativa.

3.4 – Demonstração do Ativo Líquido – DAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição do Ativo Líquido de cada plano. Nesta demonstração constam ainda informações complementares correspondentes à Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, vide Nota Explicativa nº 8, item b).

3.5 – Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários. A DMAL apresenta detalhadamente as Adições e Destinações que resultam no Acréscimo ou Decréscimo do Ativo Líquido (Patrimônio de Cobertura do Plano).

3.6 – Demonstração das Provisões Técnicas – DPT

Elaborada exclusivamente por plano de benefícios previdenciários e tem a finalidade de apresentar a composição de todos os eventos que formam as Provisões Técnicas dos planos de benefícios.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

b) Gestão dos recursos administrativos

b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado pelos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

b.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, exclusivamente para despesas de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA- Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

As despesas administrativas comuns são rateadas proporcionalmente ao número de planos de benefícios administrados pela BASES, exceto quanto às despesas administrativas vinculadas aos investimentos, que são rateadas proporcionalmente ao patrimônio de cada plano de benefícios.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

d) Realizável

- **Gestão Previdencial:** O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

- **Gestão Administrativa:** O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Investimentos:** Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos- realizável segundo as duas categorias a saber:

- **Títulos para negociação:** títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

- **Títulos mantidos até o vencimento:** títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- **Renda Fixa:** As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base "pro rata dia" até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

- **Ações:** Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

- **Investimentos Imobiliários:** Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

- **Empréstimos:** Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

g) Exigível Operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

h) Exigível Contingencial

Representado por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade e na avaliação da Administração.

i) Patrimônio Social

i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

- Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes assistidos.

Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

- Equilíbrio Técnico

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, revogada pela Resolução CNPC N° 30, de 10 de outubro de 2018 estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

A Entidade apurou em 2019 a duration do passivo do Plano Básico em 8,85 anos (9,09 anos- 2018) e do Plano Misto em 12,39 anos (12,09 anos- 2018). Desta forma, em 2019, o limite para destinação à constituição da reserva de contingências seria de 18,85% (19,09%- 2018) para o Plano Básico e 22,39% (22,09%- 2018) para o Plano Misto. Para os dois planos a totalidade do resultado superavitário alocado foi inferior ao limite e, desta forma, nenhum valor foi alocado à reserva especial para revisão do plano.

i.2) Fundos

- Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

- Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

- Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

5. DISPONÍVEL

Representa os valores disponíveis em contas bancárias com liquidez imediata.

PLANO MISTO	2019	2018
BRABESCO	0	6
TOTAL	0	6

6. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Plano Básico		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	15	21
Depósitos Judiciais/Recursais	5.307	5.443
Total Plano Básico	5.322	5.464
Plano Misto		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	106	129
Custeio administrativo antecipado	18	14
Depósitos Judiciais/Recursais*	4.118	4.118
Total Plano Misto	4.242	4.261
Total Realizável da Gestão Previdencial	9.564	9.725

7. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2019	2018
Contas a receber		
. Responsabilidade de Empregados	9	1
. Responsabilidade de Terceiros	0	1
Custeio PGA	818	229
Total Realizável do PGA	827	231

8. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009, revogada pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, e estão assim distribuídos:

	2019	2018
Plano Básico		
. Fundos de Investimentos	-	-
Multimercado	587.378	579.419
. Investimentos Imobiliários	45.450	46.283
. Empréstimos	7.475	7.673
Total do Plano Básico	640.303	633.375
Plano Misto		
. Fundos de Investimentos	308.137	297.164
. Empréstimos	4.561	4.646
Total do Plano Misto	312.698	301.810
Plano de Gestão Administrativa - PGA		
. Fundos de Investimentos	16.492	15.494
Total do Plano de Gestão Administrativa	16.492	15.494
Total de Investimentos	969.493	950.679

Administração e custódia dos investimentos – Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária e Custódia da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados- CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM – Asset Liability Management, a Entidade manteve, em 2019, aplicações financeiras em títulos classificadas como títulos mantidos até o vencimento, que correspondem a 70,93% (70,25%- 2018), e classificadas como para negociação, que correspondem a 29,07% (29,75%- 2018). Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, revogada pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos.

a) Certificados Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

Descrição	Custo	Vencimento			2019	2018
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO BÁSICO						
Fundos de Investimento						
FIDC	0	0	0	0	0	0
Fundos - RV	83.801.545	83.801.545	0	0	83.761.444	78.706.932
Debêntures	0	0	0	0	0	0
LF	0	0	0	0	0	0
LFS/LFSN	13.800.000	0	22.788.990	0	22.788.990	21.375.032
LFT-O	0	0	0	0	0	0
LTN-O	25.658.977	25.658.977	0	0	25.658.977	35.138.979
NTN-B	310.269.543	18.883.119	5.366.287	425.881.403	450.130.808	436.085.106
NTN-C	2.186.953	0	0	2.186.953	2.186.953	1.912.044
NTN-O	2.851.220	2.851.220	0	0	2.851.220	6.201.349
Subtotal Fundos de Investimento	438.568.237	131.194.860	28.155.277	428.068.356	587.378.392	579.419.443
Total do Plano Básico	438.568.237	131.194.860	28.155.277	414.549.576	587.378.392	579.419.443

Descrição	Custo	Vencimento			2019	2018
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO MISTO						
Fundos de Investimento						
FIDC	0	0	0	0	0	0
Fundos - RV	43.973.713	43.973.713	0	0	43.950.845	38.286.681
Debêntures	0	0	0	0	0	0
LF	0	0	0	0	0	0
LFS/LFSN	7.500.000	0	12.385.320,61	0	12.385.321	13.010.889
LFT-O	238.772	238.772	0	0	238.772	0
LTN-O	0	0	0	0	0	875263,49
NTN-B	175.217.893	29.271.872	16.125.243,69	205.067.954,18	250.465.070	242.125.583
NTN-C	440.947	0	0	936.169,37	936.169	818.488
NTN-O	160.515	160.515	0	0	160.515	2.046.948
Total do Plano Misto	227.531.839	73.644.872	28.510.564	206.004.124	308.136.692	297.163.854
Total dos Planos Previdenciais	666.100.077	204.839.732	56.665.841	634.072.479	895.515.084	876.583.296

Descrição	Custo	Vencimento			2019	2018
	Total	Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA						
Bradesco F. I. REF DI FED EXTRA	13.781.259	13.781.259	0	0	13.781.259	12.932.832
Bradesco F.I. RF CRED PRIV Top Bancos	2.710.351	2.710.351	0	0	2.710.351	2.561.468
Total do PGA	16.491.610	16.491.610	0	0	16.491.610	15.494.301
Total dos Títulos	682.591.686	682.591.686	56.665.841	634.072.479	912.006.693	892.077.597

b) Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 16 de 19/11/2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19 de 04/02/2015, revogada pela Resolução CNPC N° 30, de 10 de outubro de 2018, a Entidade estabeleceu em 2019 o Ajuste de Precificação dos Ativos como procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, que corresponde à diferença entre o valor contábil desses títulos e o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na

categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual na respectiva avaliação atuarial, Plano Básico (5,00%) e o Plano Misto (4,09%) e a duration do passivo, do Plano Básico em 8,85 anos (9,09 anos- 2018) e do Plano Misto em 12,39 anos (12,09 anos- 2018). Para o Plano Básico, o valor apurado em 2019 (negativo) de R\$7.269 (-R\$7.324- 2018), para o Plano Misto, o valor apurado em 2019 (positivo) de R\$486 (-R\$7.402- 2018), estão apresentados nas “Informações Complementares” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios conforme quadros abaixo:

Bradesco FI Multimercado FEB BD - Plano Básico						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste de precificação	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	51	154	221	-24	197
NTN-B	15/08/2020	1.607	4.069	5.372	38	5.410
NTN-B	15/08/2022	1.610	4.068	5.366	151	5.517
NTN-B	15/08/2050	1.780	5.404	7.945	-1.079	6.866
NTN-B	15/08/2030	22.379	61.546	87.230	-6.354	80.876
Total		27.427	75.241	106.135	-7.269	98.866

Bradesco FI Multimercado FEB II CD - Plano Misto I						
Natureza do ativo	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste de precificação	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	61	184	264	6	270
NTN-B	15/08/2020	778	1.970	2.601	32	2.633
NTN-B	15/08/2022	780	1.971	2.600	130	2.729
NTN-B	15/08/2050	1.005	3.030	4.349	95	4.444
NTN-B	15/08/2050	1.120	3.400	4.999	-46	4.953
NTN-B	15/08/2040	4.480	12.789	18.633	192	18.825
NTN-B	15/08/2030	6.056	16.655	23.605	-139	23.467
NTN-B	15/08/2030	7.030	19.334	27.402	-161	27.241
NTN-B	15/08/2040	8.779	25.061	36.513	377	36.890
Total		84.394	120.966	486	121.452	110.075

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens, e estão assim distribuídos:

Plano Básico	2019	2018
Alugueis e Rendas		
. Locados a Patrocinador	24.679	25.076
. Locados a Terceiros	17.325	17.607
. Alugueis a Receber	33	113
Rendas de Participações		
. Shopping Center	3.413	3.487
Total de Investimentos Imobiliários	45.450	46.283

9. PERMANENTE (PGA)

PERMANENTE (PGA)	2019	2018
Bens Móveis		
Móveis e Utensílios	91	111
Máquinas e Equipamentos	85	98
Equipamentos de Informática	30	24
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	1	2
Software	29	39
Sistema de Segurança	4	5
Total de bens móveis	240	279
Bens Imóveis		
Imóvel de Uso Próprio	1.071	1.095
Total de bens imóveis	1.071	1.095
Total do Permanente	1.311	1.374

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

Planos	2019	2018
Plano Básico		
Benefícios a pagar	145	143
Retenções a recolher	140	132
Outras exigibilidades	531	137
Total do Plano Básico	816	412
Plano Misto		
Benefícios a pagar	1.212	1.540
Retenções a recolher	327	95
Outras exigibilidades	287	92
Total do Plano Misto	1.826	1.727
Total Exigível Operacional Gestão Previdencial	2.642	2.139

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Despesas de pessoal	743	732
Retenções a recolher	102	70
Fornecedor	61	33
Outros	18	14
Total do Exigível Operacional Gestão Administrativa	924	849

12. EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

	2019	2018
Plano Básico		
Retenções a recolher (IOF empréstimos)	0	1
Total do Plano Básico	0	3
Plano Misto		
Retenções a recolher (IOF empréstimos participantes)	0	0
Relacionado com o Disponível	0	3
Total do Plano Misto	0	3
Total Exigível Operacional - Investimentos	0	6

13. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

	2019	2018
Plano Básico		
Provisão		
Aposentadoria por tempo de contribuição (a)	0	1.349
Benefícios previdenciários (b)	1.468	2.240
Expurgos Inflacionários	556	0
Outos	174	0
Total do Plano Básico	2.198	3.592
Plano Misto		
Provisão		
Benefícios previdenciários (b)	76	493
Expurgos Inflacionários	2.728	31
Total do Plano Misto	2.804	524
Total Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	5.002	4.116

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentado na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

(a) Aposentadoria por tempo de contribuição

Valor correspondente aos processos impetrados por participantes pleiteando obtenção do benefício de gozo ou suplementação de aposentadoria.

(b) Provisões benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

(c) Expurgos inflacionários

Ações movidas por ex-participantes, pleiteando a diferença na atualização dos saldos das reservas de poupanças resgatadas, referentes aos planos econômicos, (Bresser (1987), Verão (1989) e Collor 2 (1991).

14. PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)**14.1 Patrimônio de Cobertura do Plano**

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”.

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

	2019	2018
Plano Básico		
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	609.848	610.737
Benefícios a conceder	22.180	25.718
Total das Provisões Matemáticas	632.028	636.455
Superávit Técnico Acumulado	10.420	0
Reserva de Contingência	10.420	0
Superávit Técnico	10.420	
(-)Déficit Técnico Acumulado	0	(1.654)
	0	(1.654)
Fundos		
Fundo de Investimentos	164	30
	164	30
Total do Plano Básico	642.612	633.344

	2019	2018
Plano Misto		
Provisões Matemáticas		
Benefícios concedidos	175.433	157.655
Benefícios a conceder		
Contribuição Definida		
Saldo de contas - Parcela Patrocinador	13.037	14.516
Saldo de contas - Parcela Participantes	55.867	64.202
Benefício Definido	42.466	39.840
Total das Provisões Matemáticas	286.803	276.213
Superávit Técnico Acumulado		
Reserva de Contingência	23.372	25.925
	23.372	25.925
Fundos		
Fundo de Investimentos	2.135	1.685
	2.135	1.685
Total do Plano Misto	312.310	303.823

	2019	2018
Plano de Gestão Administrativa		
Fundos		
Fundo Administrativo	17.705	16.250
Total do PGA	17.705	16.250
Total do Patrimônio Social	972.627	954.905

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2019 e 2018:

	2019	2018
Plano Básico		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 5%	Light Forte agravada 5%
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	1,83%	1,83%
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Crescimento Real do SRB	3,00%	3,00%

	2019	2018
Plano Misto		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)	AT-2000 (desagravada em 15% segregada por sexo)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 5%	Light Forte agravada 5%
Taxa de juros anual	4,09%	4,75%
Nível de inflação anual	IGPM	IGPM
Crescimento salarial	Não aplicável	Não aplicável
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83

Os Órgãos de Gestão entendem que as premissas e hipóteses atuariais adotadas, devem ser mantidas, em relação a 2018. Com exceção da taxa de juros anual do Plano Misto, respaldada por estudo de aderência realizado durante o exercício de 2019, foi alterada de 4,75% para 4,09%.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% para o Plano Misto e 3,00% para o Plano Básico, sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

15. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e instalações do seu imóvel sede por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Desempenho dos Planos de benefícios administrados pela Bases em 2019

Os investimentos consolidados fecharam o ano de 2019 em R\$ 960 milhões, os ativos estavam distribuídos da seguinte forma: Renda Fixa 93,31% equivalente a R\$896 milhões; Imóveis 4,73% equivalente a R\$ 45 milhões e Empréstimos a Participantes 1,96% equivalente a R\$19 milhões.

Do total consolidado dos investimentos, 33,02%, ou seja, R\$ 317 milhões correspondem ao Plano Misto. Já o Plano Básico corresponde a 66,98%, ou seja, R\$ 643 milhões do total dos Investimentos.

Rentabilidade

O Plano Básico encerrou 2019 com uma rentabilidade de 10,21% contra uma TMA de 9,70%, ficando acima em 0,46%. Já o Plano Misto I encerrou 2019 com uma rentabilidade de 11,14% contra uma TMA IGP-M+4,75%aa de 12,40%, ficando abaixo em 1,12%, muito em função do comportamento do IGP-M que teve variação de 7,30% em 2019, principalmente em dezembro/2019 onde o índice teve variação de 2,09%.

Com relação ao resultado dos Planos de Benefícios da BASES, O Plano Básico iniciou 2019 com um equilíbrio técnico acumulado negativo de R\$- 1.653.714,30, encerrou 2019 com um resultado positivo de R\$10.419.879,87, maximizado muito em função da alocação em renda variável, onde o IBOVESPA obteve uma variação de 31,58% em 2019, aliado a um constante acompanhamento das necessidades do plano de forma a promover, no tempo adequado, os ajustes e atualizações de seus parâmetros atuariais, requeridos para manutenção permanente do seu equilíbrio econômico e financeiro.

Com relação ao Plano Misto, o mesmo iniciou 2019 com um equilíbrio técnico acumulado de R\$25.924.550,10, encerrou o ano com um resultado de R\$23.371.952,00, em função reflexo da revisão da taxa de juros da meta atuarial do plano, que saiu de 4,75% para 4,09%, o que consumiu R\$19.073.873,54.

A BASES, na aplicação dos recursos dos planos, observa os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. Exerce suas atividades com boa fé, lealdade e diligência. Zela por elevados padrões éticos e adota práticas que garantam o cumprimento do seu dever fiduciário em relação aos seus participantes. A estratégia adotada pela Fundação é acompanhada e reavaliada constantemente, possibilitando que os eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos.

Todo esse acompanhamento reflete numa gestão transparente voltada ao objetivo primordial da BASES que é instituir e operar planos de benefícios previdenciários, destinados aos empregados, e seus beneficiários, dos Patrocinadores da Entidade, promovendo o bem-estar social dos seus destinatários. Superar as metas atuariais é condição primordial quando se fala em gestão de investimentos. Garantir um conforto financeiro aos seus participantes, tornou-se uma luta diária da BASES que vem desempenhando este papel de forma vitoriosa ao longo de sua história.

OFND – OBRIGAÇÕES DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Em 1986, o Poder Executivo Federal expediu o Decreto-Lei nº 2.228, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores privados. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade das entidades fechadas de previdência privada (com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual) aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas nas “Obrigações” desse Fundo (OFND’s), com prazo de 10 anos e variação equivalente à da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional).

Em 27/11/2015 foi enviada Petição de Liquidação- Proc. nº 0145892-43.2015.4.02.5101- 5ª VFRJ- no valor de R\$ 605.048.102,26, Grupo 11 – Entidades: BASES, FUNSSEST, FUNBEP, CAPEF, NUCLEOS, FEMCO e PREBEG.

Em 16/02/2016 – foi feita Petição para juntada de certidão do trânsito em julgado do acórdão proferido pela 7ª turma do TRF2 do Grupo 11 ao qual a BASES faz parte.

Considerando a consulta, buscando a possibilidade do lançamento contábil dos créditos, realizada pela ABRAPP para a PREVIC em 2018, onde a mesma respondeu através do Ofício n.º 1724/2018/PREVIC de 29/06/2018, em que se manteve o entendimento exarado por meio da Nota n.º 01/2011/CGMC/CGMC/DIACE/PREVIC de 06/11/2011, no sentido de que os registros continuem em Notas Explicativas, considerando ainda que, o registro contábil da receita de investimentos, decorrente dessa decisão judicial, depende ainda de confirmações futuras e ajuste nos valores estimados, bem como de acordo com o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com a Orientação CVM nº 15/87, a BASES não efetuou contabilização desse possível acréscimo aos investimentos, principalmente com o objetivo de evitar quaisquer registros contábeis que possam gerar dúvidas

a respeito da posição financeira da entidade apresentada a cada exercício social.

A BASES continuará acompanhando o processo e o andamento das ações referentes a OFND, avaliando oportunamente a possibilidade de reconhecimento do direito e respectivo crédito.

Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra tal intenção.

Em 07 de julho de 2006 foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipensions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa, reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nºs 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

Em março de 2008, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

Em setembro de 2015, a PREVIC – Secretaria de Previdência Complementar, atendendo à solicitação do MultiPensions Bradesco, encaminhou à BASES o Ofício de nº 2395/CGTR/DITEC/PREVIC definindo que a Entidade procedesse, em 30 (trinta) dias, a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios, com a alegação de que não havia impedimento processual para o cumprimento das Portarias nº 1383/2007 e 1384/2007.

Ciente de estar amparada por argumentos que estão de acordo com a legislação, a BASES interpôs, no dia 24 de setembro de 2015, uma Cautelar Inominada no Tribunal Regional Federal – 1ª Região pedindo a anulação da determinação imposta pela Previc, de modo a salvaguardar os direitos da Entidade e de seus Participantes. O Desembargador deferiu a favor da BASES, determinando que aquele Órgão se abstenha de exigir da Fundação a transferência, para o MultiPensions Bradesco, do gerenciamento dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Paralelamente à Ação Cautelar, a BASES interpôs Recurso Administrativo junto à Superintendência de Previdência Complementar pedindo reconsideração da decisão contida no Ofício 2395/CGTR/DITEC/PREVIC. Em 7 de outubro de 2015, foi publicado no Diário da Justiça Federal, a decisão proferida pelo TRT 1ª Região, para que a PREVIC se abstenha de exigir da BASES a transferência dos planos para o Multipensions Bradesco.

O MultiPensions Bradesco ingressou, no dia 13 de outubro de 2015, com um Agravo Regimental, e a Previc interpôs Embargos de Declaração, no dia 16 de outubro de 2015, contestando a decisão do Desembargador. Ambos estão pendentes de julgamento.

A Entidade continua aguardando decisão referente à Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

Ingrid Cunha Lemos
Presidente

Nelsiene Santos Sena
Diretora Administrativa Financeira

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo
Contador-CRC/BA 11236/O-0

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores e Conselheiros da
Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES
Salvador – BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Precificação das Obrigações Atuariais e Equilíbrio Técnico

A Resolução CNPC nº 30, de 10.10.2018, estabelece regras relativas às condições e procedimentos relacionados à apuração do resultado, e à destinação e utilização de superávits e equacionamento de déficits dos planos de benefícios, assim resumidos:

- (i) - regras de precificação das provisões matemáticas, quando a taxa de juros real anual da rentabilidade esperada dos investimentos é utilizada também para atualização dos compromissos atuariais de cada Plano;
- (ii) - estabelecido o conceito de "duração do passivo", que deverá ser observado para gerenciamento dos Planos em suas características e especificidades, e corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios, líquidos das correspondentes contribuições;
- (iii) - novas condições e procedimentos a serem observados a partir da apuração de superávit e déficit dos planos previdenciais, que compõem o equilíbrio técnico contabilizado e evidenciado no balanço. As sobras ou insuficiências, apuradas e contabilizadas nos planos previdenciais, somente poderão ser destinadas ou equacionadas, respectivamente, após a inserção dos valores oriundos do "Ajuste de Precificação" dos Títulos Públicos Federais, positivo ou negativo. O montante correspondente ao referido ajuste não é contabilizado, mas deve ser apresentado em demonstração contábil complementar e as devidas descrições constam nas notas explicativas.

Dessa forma, os efeitos decorrentes dos estudos técnicos gerenciais e respectivas apurações referentes à "duração do passivo", ao "ajuste de precificação de títulos públicos" e ao "equilíbrio técnico ajustado" não são objeto de contabilização e, por conseguinte, não estamos expressando opinião sobre esses efeitos divulgados pela Entidade.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório, emitido em 18 de março de 2019, não continha modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por preparar outras informações e divulgá-las no Relatório Anual de Informações – RAI. Esse relatório é requerido pela Instrução PREVIC nº 22/2015 e deverá ser elaborado em até 30 dias depois do prazo de envio das Demonstrações Contábeis da Entidade para PREVIC. O relatório deverá conter, entre outras: informações relevantes que permitam a análise dos resultados dos Planos frente aos objetivos traçados, da saúde financeira, atuarial e patrimonial dos Planos e fatos re-

levantes. De acordo com os requerimentos da NBC TA 720, os auditores têm como responsabilidade efetuar a leitura do Relatório, quando ele for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Informações Anuais – RAI e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador- BA, 06 de março 2020.

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/O-0 – “S” – BA

Paulo de Tarso M. Malta Jr

Contador – CRC-PE – 0018346/O – “S” – BA

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 12 (doze) dias do mês de março de 2020, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2019, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuária e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente   aprova o das Demonstrac es Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2019.

Salvador (BA), 12 de março de 2020.

Hilda Maria Ribeiro Chagas
Presidente

Eduardo Rangel Gomes Silva Souza
Conselheiro

Manifesta o do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDA O BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES, no cumprimento de suas atribui es, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 13 (treze) dias do mês de março de 2020, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2019, compostos do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstrac o da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstrac o do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstrac o das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrac es Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informa es e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprova o do Relatório Anual e Presta o de Contas, contidos nas Demonstrac es Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2019.

Salvador (BA), 13 de março de 2020.

Taytiane Peneluc Menezes de Cirqueira
Presidente

Adriana Alcântara Vilas Boas
Conselheira

André Luiz de Macedo Gonçalves
Conselheiro

José Gomes do Prado Filho
Conselheiro

Nelson Ney Pires Gomes Santana
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2019

Publicação produzida pela área de Comunicação da Fundação BASES e dirigida a seus participantes ativos e assistidos.

RESPONSÁVEL

Eliana Gentili (MTBA n.º 2694)

Analista de Comunicação



Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar,
Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador- BA

Seguridade

71 3319-6301

71 3319-6302

71 3319-6303

71 3319-6304

Empréstimo

71 3319-6310

71 3319-6313

Diretoria

71 3319-6300

www.facebook.com/fundacaobases
www.instagram.com/fundacao.bases
www.bases.org.br